

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO**

**ÉTICA E DEONTOLOGIA NO JORNALISMO INVESTIGATIVO  
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE APURAÇÃO DA REPORTAGEM MÁFIA DAS  
PRÓTESES**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Andressa Doré Foggiato**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2016**

**ÉTICA E DEONTOLOGIA NO JORNALISMO INVESTIGATIVO**  
**UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE APURAÇÃO DA REPORTAGEM MÁFIA DAS**  
**PRÓTESES**

**ANDRESSA DORÉ FOGGIATO**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social -  
Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau  
de **Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo**.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Laura Strelow Storch

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2016**

**Universidade Federal De Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Ciências da Comunicação  
Curso de Comunicação Social – Jornalismo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia

**ÉTICA E DEONTOLOGIA NO JORNALISMO INVESTIGATIVO**  
**UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE APURAÇÃO DA REPORTAGEM MÁFIA DAS**  
**PRÓTESES**

elaborada por  
**Andressa Doré Foggiato**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo**

**Comissão examinadora:**

---

**Laura Strelow Storch, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Viviane Borelli, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**

---

**Rafael Rangel Winch (UFSM)**

Santa Maria, 16 de dezembro de 2016

## AGRADECIMENTOS

Penso na minha vida como uma embarcação a navegar em um mar infinito. Cada novo dia, um novo ritmo de ondas. Cada nova mudança, um mar aberto de possibilidades e incertezas. Nesses últimos quatro anos, naveguei por águas desconhecidas, que me trouxeram calma e tormenta. Carrego comigo, desde cedo, alguns tripulantes. Ao atracar em outros portos, ganhei novas companhias. E é a esta tripulação que dedico este trabalho:

Aos meus pais, quilha que me percorre da popa até a proa e não me deixa tombar. Obrigada por deixar que eu fosse meu próprio leme e que escolhesse minhas direções. Obrigada por nunca terem me deixado só em mar aberto. Cada vitória minha é metade de vocês.

Ao Lucas, porto onde pude ancorar meu coração. Obrigada por ter sido calma, afago e segurança. Obrigada por aceitar que o teu navio seguisse a mesma rota que o meu. Espero que a vida ainda nos proporcione milhas e milhas para navegarmos juntos.

À Carol e à Gabi, faróis de aviso, prevenção e aconchego. Obrigada por, desde berço, terem o coração aberto para me ouvir. A vida nos reserva um oceano de sonhos para realizarmos juntas.

À Camila, Jocéli, Marina e Vitória, por acreditarem nas direções dessa bússola junto comigo. Obrigada por lembrarem, todo o dia, o amor ao jornalismo que nos trouxe até aqui.

À Laura e ao Lex, por terem sido brisa leve quando o mar se enfurecia. Obrigada por dividirem o espaço, o café e os conselhos.

Aos meus amigos e a minha família, coletes salva-vidas quando eu pensava em desistir. Obrigada por deixarem um abraço sempre aberto para quando eu voltar.

Aqui, me desancoro, já pronta para zarpar.

*“Quis mudar tudo  
Mudei tudo  
Agora pós tudo  
Ex tudo  
Mudo”*

*AUGUSTO DE CAMPOS*

## RESUMO

### ÉTICA E DEONTOLOGIA NO JORNALISMO INVESTIGATIVO UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE APURAÇÃO DA REPORTAGEM MÁFIA DAS PRÓTESES

AUTOR: Andressa Doré Foggiato  
ORIENTADORA: Laura Strelow Storch

Ao partir da compreensão do papel social do jornalismo investigativo, aliando a sua noção como instituição, interesse público e poder, estabelecemos como objetivo deste trabalho a análise e compreensão dos processos de apuração da reportagem Máfia das Próteses, esquema de desvio de dinheiro denunciado pelo repórter Giovani Grizotti da Rede Globo. Buscamos na análise de conteúdo e na entrevista em profundidade o aporte metodológico necessário para que sejamos capazes de responder a pergunta: Como o jornalista Giovani Grizotti justifica os processos de produção da reportagem Máfia das Próteses, considerando as características do jornalismo investigativo e os fundamentos éticos e deontológicos da profissão? Diante de nossa análise, percebemos que a reportagem tende para o espetacular, ao utilizar, demasiadamente, câmera oculta, disfarce do repórter e ao expô-lo, colocando em risco sua integridade. No entanto, o material também cumpre a função social do jornalismo, ao apresentar à sociedade um esquema de fraudes que prejudica diretamente os cidadãos que dependem de procedimentos de saúde. Acreditamos que, ao aliar a teoria à prática, somos capazes de provocar uma discussão sobre os limites da atuação do repórter, tanto éticos, quanto acerca de sua própria segurança. A discussão se faz necessária no momento em que o jornalismo passa a cumprir, e fiscalizar, as incumbências dos outros três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário.

**Palavras-chave:** Jornalismo investigativo; Ética; Telejornalismo; Máfia das Próteses; Análise de Conteúdo

## ABSTRACT

### ETHIC AND DEONTOLOGY IN INVESTIGATIVE JOURNALISM

AN APURATION PROCESS' ANALYSIS OF THE REPORT MAFIA DAS PROTESES

AUTOR: Andressa Doré Foggiato  
ORIENTADORA: Laura Strelow Storch

Starting from the understanding of the investigative journalism's social role, allying its notion as an institution, public interest and power, we established as the main goal of this work the analysis and understanding of the apuration process to the "Máfia das Próteses" report a misappropriation money's scheme denounced by the news reporter Giovani Grizotti of Rede Globo. We seek with the content analysis and the depth interview, the methodological apurt necessary for us to be able to answer the question: How the news reporter Giovani Grizotti justifies the production processes of the report "Máfia das Próteses", considering the investigative journalism's characteristics and the ethical and deontological fundamentals of the profession? With our analysis we realized that the report tends to the spectacular, when utilizes too much hidden camera, reporter's uncover and when exposes him, putting his integrity in risk. However, the material also accomplishes the social role of journalism by presenting to the society a fraud scheme that prejudices directly the citizen that rely on health procedures. We believe that, when we ally theory and practice, we are able to provoke a discussion about the limits of the news's report performance, in ethical terms and safety terms. The discussion makes itself needed in the moment that the journalism starts to accomplish and inspect the tasks of the other three powers – Executive, Legislative and Judiciary.

**Key-words:** Investigative journalism; Ethic; Television Journalism; Máfia das Próteses; Content Analysis

## **LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Fontes da Máfia das Próteses..... | 50 |
|--|----|



## **LISTA DE FIGURAS**

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Gravação da fonte anônima.....     | 50 |
| Figura 2 - Gravação com câmera escondida..... | 52 |
| Figura 3 - Exposição do repórter.....         | 55 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 11 |
| <b>1. JORNALISMO, ÉTICA E VERDADE</b> .....   | 14 |
| <b>2. A VAIDADE DO OLHAR: BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A NARRATIVA EM TELEVISÃO</b> ..... | 23 |
| 2.1 SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO .....   | 25 |
| 2.2 NARRAÇÃO E EMOÇÃO.....  | 27 |
| <b>3 O JORNALISMO INVESTIGATIVO COMO GÊNERO</b> .....                                 | 31 |
| 3.1 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO INVESTIGATIVO.....                                  | 32 |
| <b>3.1.1 Pauta</b> .....  | 34 |
| <b>3.1.2 Fontes</b> .....   | 35 |
| <b>3.1.3 Câmera oculta e identidade falsa: um espetáculo</b> .....                    | 36 |
| <b>4 CAMINHO METODOLÓGICO: ANÁLISE DE CONTEÚDO E ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE</b> ..... | 40 |
| 4.1 PERCURSO METODOLÓGICO .....   | 40 |
| <b>4.1.1 Análise de Conteúdo</b> .....  | 41 |
| <b>4.1.2 Entrevista em Profundidade</b> .....   | 42 |
| 4.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE .....   | 43 |
| <b>5 ANÁLISE</b> .....  | 45 |
| 5.1 IDENTIFICANDO A REPORTAGEM INVESTIGATIVA .....                                    | 45 |
| 5.2 COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE REPÓRTER E SEU PRODUTO .....                        | 47 |
| <b>5.2.1 Pauta</b> .....  | 47 |
| <b>5.2.2 Fontes</b> .....   | 49 |
| <b>5.2.3 Câmera oculta e Disfarce</b> .....   | 52 |
| <b>5.2.4 Exposição e Segurança</b> .....  | 54 |
| <b>5.2.5 Função Social</b> .....  | 56 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 59 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 63 |

## INTRODUÇÃO

Se dedicarmos algum tempo à reflexão acerca de como a comunicação, em especial o jornalismo, transpassa nossa rotina, ficaremos, provavelmente, surpresos com a frequência com que os meios de comunicação estão presentes em nosso cotidiano. Também, nos surpreenderemos com os efeitos dos mesmos sobre nós. Seja nas discussões das notícias em nossos ambientes do cotidiano, na procura por veículos de comunicação para se atualizar do que ocorre no mundo, ou, ainda, na busca destes como força de contra-ataque aos poderes tradicionais. A verdade é que o jornalismo se tornou uma instituição com a missão de representar os interesses da sociedade e, além disso, de defendê-los.

Como profissão, o jornalismo é orientado por códigos deontológicos nacionais e internacionais, que compartilham entre si diversos preceitos. Além disso, a comunidade jornalística compartilha métodos de operação semelhantes em qualquer lugar do mundo. A variedade de meios de comunicação, como o meio impresso, o rádio, a televisão e o digital se diferenciam entre si por suas particularidades, que acabam condicionando os direcionamentos das matérias, assim como a compreensão do público sobre as mesmas. Os fatos econômicos e sociais nos quais eles estão inseridos também são responsáveis pelo direcionamento daquilo que os mesmos veiculam.

Dentre os gêneros do jornalismo, se compartilha a noção que todo jornalismo deve ser investigativo. A premissa é verdadeira, mas a mesma não impede que também exista um gênero investigativo, com métodos e direcionamentos diferentes da investigação de reportagens tradicionais. O jornalismo investigativo busca, através de uma sugestão de pauta anônima, denúncia ou de pouca informação, elucidar fatos que prejudicam a sociedade civil. O interesse público se mostra latente no gênero investigativo. No entanto, para além do produto finalizado e veiculado, há um processo de produção complexo, demorado e, por vezes, perigoso.

As discussões sobre o profissional por trás de seu produto ainda são raras, e, talvez por isso, ainda sejam frágeis os limites auto impostos pelos jornalistas diante de seu próprio trabalho. Casos extremos como o do jornalista Tim Lopes, assassinado quando se infiltrava em uma favela para investigar exploração sexual de menores, refletem a emergência de se discutir até onde o jornalista investigativo deve ir na busca de uma informação, ou seja, o limite necessário para que ele não tome para si as incumbências de outra profissão, sejam as da polícia ou da justiça. Segundo a organização não-governamental Jornalistas Sem Fronteiras, o Brasil é o

quarto país com mais mortes de jornalistas em 2016. Já um levantamento feito pela ABRAJI<sup>1</sup> aponta que, desde junho de 2013, foram 300 casos de jornalistas agredidos durante o exercício da profissão no Brasil. Diante disso, percebemos que, na busca por mudanças práticas, a teoria deve caminhar junto. Justificamos, assim, o interesse dessa pesquisa como uma possibilidade de refletirmos sobre o cenário atual do jornalismo, em especial o investigativo, através da compreensão de como o jornalista pensa acerca de seu próprio trabalho e das técnicas de investigação que utiliza, e, a partir disso, provocar discussões sobre mudanças que se apresentam como latentes e imediatas.

Ademais, percebemos certa escassez de trabalhos que definam o jornalismo investigativo, com o foco centrado apenas nos métodos de ação, como a busca pela pauta, a seleção de fontes, o uso de câmara oculta e identidade falsa. Podemos destacar a monografia de Isabella Carneiro, intitulada “O repórter sem rosto: análise do trabalho do jornalista Eduardo Faustini com o uso da câmara oculta em reportagens investigativas no programa Fantástico, da Rede Globo”, que se aproxima com o presente trabalho pelo objetivo da pesquisa, com foco no trabalho do repórter. Também, o artigo “Análise dos Elementos Investigativos e Éticos na Reportagem Máfia das Próteses”, de autoria Ana Cláudia Borges e Sandra Bertol. O trabalho se aproxima com o nosso pelo mesmo objeto de pesquisa e pelo objetivo de evidenciar os elementos investigativos da reportagem Máfia das Próteses.

Assim, delimitamos como nosso objeto de pesquisa a Máfia das Próteses, esquema que desviava dinheiro do Sistema Único de Saúde, favorecendo médicos e empresas. Como corpus, estabelecemos a narração da reportagem Máfia das Próteses, veiculada em janeiro de 2015 no programa Fantástico da Rede Globo, além de uma entrevista com o autor da mesma, o repórter Giovani Grizotti.

Como problema de pesquisa, propomos a seguinte indagação: Como o jornalista Giovani Grizotti justifica os processos de produção da reportagem Máfia das Próteses, considerando as características do jornalismo investigativo e os fundamentos éticos e deontológicos da profissão? Para responder o questionamento, estabelecemos como objetivo geral identificar e analisar as marcas no discurso do repórter que justificam suas escolhas de métodos de apuração. Para isso, estabelecemos como objetivos específicos: verificar, na narrativa da reportagem, as marcas do processo de produção de modo a reconhecer as características do jornalismo investigativo apontadas pela teoria; destacar os fundamentos éticos e deontológicos do Jornalismo, conforme apresentados pela literatura especializada e pelos manuais e legislações

---

<sup>1</sup> Alguns meses após a morte de Tim Lopes, jornalistas investigativos se mobilizaram e criaram a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), com o objetivo de discutir, trocar experiências e criar melhores técnicas para exercer o jornalismo investigativo.

da profissão; e mapear, na narrativa da reportagem e na fala do jornalista, de que forma são elaboradas as justificativas para as escolhas de apuração e da narrativa que resultam no produto final do jornalismo.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo que procede esta introdução é denominado “Jornalismo, ética e verdade”. Através da constituição histórica do papel social do jornalismo (FRANCISCATO, 2005; TRAQUINA, 2004), da compreensão da noção de interesse público (SARTOR, 2016) e das reflexões sobre os códigos deontológicos da profissão (CORNU, 1994), propomos a articulação destes temas de forma a compreender o cenário atual da instituição jornalística, desde seus princípios e métodos de atuação, até os preceitos que guiam a profissão. Ao leitor, ficará claro a delimitação do caminho que levou a formação do modelo atual do jornalismo: condicionado, além do interesse público, pelo interesse econômico das corporações.

Já o segundo capítulo, intitulado de “A vaidade do olhar: breves comentários sobre a narrativa em televisão”, exploramos o marco cultural que foi a chegada da televisão, com foco no que concerne à possibilidade de exibição de imagem (WOLTON, 1990). Além disso, propomos uma discussão acerca do estatuto que regulamenta os serviços de radiodifusão no Brasil, e da estética da televisão, que se apresenta como um mecanismo de integração social e emoção (GADRET, 2016). Por fim, abordamos a televisão como um meio que possibilita a espetacularização das reportagens investigativas (MORETZSOHN, 2008).

Dedicamos nosso terceiro capítulo, “O jornalismo investigativo como um gênero”, à discussão do início do jornalismo investigativo no Brasil, assim como as características que o delimitam como tal (FORTES, 2005; KOVACH E ROSENSTIEL, 2004). Sequeira (2005) nos ajuda a identificar os métodos e modos de apuração que identificam e definem o jornalismo como investigativo, como a chegada da pauta à redação, a abordagem das fontes de informação e o uso de artifícios, como a câmera oculta. Através desses reiteramos nossos questionamentos acerca da exposição do repórter a situações que comprometem sua integridade.

No capítulo quatro, apresentamos nossa metodologia de trabalho, onde aliamos a análise de conteúdo (HERSCOVITZ, 2007; LOZANO 1994) à entrevista em profundidade (DUARTE, 2012). A primeira metodologia, a análise de conteúdo, permitiu-nos a identificação de características na reportagem televisiva *Máfia das Próteses* que a define como jornalismo investigativo. A partir disso, estabelecemos cinco categorias - escolha da pauta; fontes; uso de câmera oculta e disfarces; exposição e segurança do repórter; e função social do jornalismo - que basearam a construção da entrevista em profundidade junto ao repórter Giovanni Grizotti, e que delimitaram nossos pontos de análise na articulação entre a narração da matéria televisiva e da entrevista. Por fim, no nosso último capítulo, apresentamos os resultados da nossa análise.

## 1. JORNALISMO, ÉTICA E VERDADE

Refletir sobre a atual conjuntura do jornalismo é, também, considerar os caminhos percorridos até aqui durante cerca de quatro séculos. Neste período, diversas mudanças acompanharam o desenvolvimento da atividade até ela se tonar, segundo Franciscato (2005), uma instituição social, com a definição de normas, princípios e papéis sociais. Os avanços tecnológicos, a invenção da prensa, a caracterização do jornalismo como atividade de coleta e transmissão de informação e a base econômica para a circulação de notícias, foram fundamentais para que o jornalismo passasse a operar na vida política e social dos países (EISENTEIN, 1983<sup>2</sup> *apud* FRANCISCATO, 2005).

Assim, o jornalismo cria e passa a operar com diversos laços sociais, como periodicidade, a simultaneidade, a identidade e a unidade entre leitores, aspectos vinculados a uma atividade social que se torna instituição (FRANCISCATO, 2005, p.33).

Traquina (2005) acrescenta que foi a partir do século XIX, com a expansão dos jornais e a necessidade do aumento de pessoas dedicadas integralmente à profissão, que o jornalismo ganhou um novo objetivo: fornecer informação e não propaganda. Outra alteração fundamental para a mudança de paradigma foi a despolitização da atividade jornalística. Com o aumento das vendas e o rendimento de anúncios publicitários, foi possível encontrar novas formas de financiamento para a imprensa, tornando viável uma independência em relação aos subsídios políticos, que eram, na época, os maiores financiadores dos periódicos. A mudança foi substancial para que o jornalismo passasse a trabalhar com fatos e não com as opiniões condicionadas à rotina, censura e aos interesses políticos. A partir disso, surgem, então, “[...] valores que ainda hoje são identificados como jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público [...]” (TRAQUINA, 2005, p.34).

Os pesquisadores reconhecem, a partir de análises históricas do jornalismo, uma coleção particular de características estabelecidas ao longo de seu processo de desenvolvimento e presentes na maior parte de suas formas sócio-históricas de apresentação. Estas características dão identidade à função jornalística e a tornam profissão. Segundo Franciscato (2005), o jornalismo trabalha com base em determinados princípios que singularizam sua prática e produto, como, por exemplo, o pressuposto da existência de uma verdade que pode ser

---

<sup>2</sup> EISENSTEIN, Elizabeth. **The Printing Revolution in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

apreendida pelas técnicas jornalísticas e transformadas em notícia, a fidelidade ao real na atividade jornalística, e o oferecimento, a uma coletividade, de modos específicos de vivenciar situações em um tempo presente. Além disso, o autor acrescenta que a instituição jornalística conquistou legitimidade social para produzir uma reconstrução discursiva do mundo, com base na ideia de realidade, com a possibilidade de apresentar pluralidade de pontos-de-vista mesmo em temas conflitantes (FRANCISCATO, 2005).

Concomitantemente, é importante considerar a noção proposta por Zelizer (1993), do jornalismo como uma comunidade interpretativa. Para além de uma profissão, a autora afirma que o jornalismo, internacionalmente, compartilha métodos de exercer esta profissão, baseado em práticas já estabelecidas, como a cobertura de eventos importantes. Zelizer (1993, p.219) afirma que “nós consideramos o jornalismo não só como uma profissão, mas como uma comunidade interpretativa, unida através de discursos compartilhados e interpretações coletivas sobre eventos públicos importantes”<sup>3</sup>. Ainda segundo a autora, a forma como os jornalistas se atribuem a autoridade dos discursos interpretativos se dá por dois modos: local e duração. No primeiro, o jornalista conquista a autoridade pela presença nos eventos, através da autenticidade do relato da testemunha ocular. Já o segundo modo é um tipo de autoridade cultural, que permite compensar o fato do jornalista não estar presente no local. Através da utilização de relatos de fatos antigos, com caráter próximo ao fato presente, os jornalistas criam um discurso de duração para contar sua história.

Essas práticas ultrapassam as fronteiras dos países, e transformam os jornalistas em uma comunidade com interpretações compartilhadas. É assim, então, que o jornalismo feito no Brasil, exceto algumas particularidades, seja próximo ao feito na Inglaterra, por exemplo. Apesar das diferenças culturais e linguísticas de cada local, os princípios do jornalismo apontados por Franciscato (2005) são compartilhados transnacionalmente. Segundo Zelizer (1993, p.223) “O discurso compartilhado que eles [jornalistas] produzem é, portanto, um marcador de como eles se veem como jornalistas”<sup>4</sup>, o que reforça a ideia do compartilhamento da prática do jornalismo.

Além dos pontos destacados (FRANCISCATO, 2005; TRAQUINA, 2005; ZELIZER, 1993), soma-se à história do desenvolvimento do jornalismo a legitimação da veiculação de

---

<sup>3</sup> Tradução da autora para “[...] we consider journalism not only as a profession but as an interpretative community, united through its share discourse and collective interpretations of key public events”.

<sup>4</sup> Tradução da autora para ““The shared discourse that they produce is thus a marker of how they see themselves as journalists”.

assuntos com base no argumento do interesse público. Sartor (2016, p.25) considera esse um dos mais importantes critérios para a seleção, hierarquização e construção da notícia. O autor ainda afirma que é valor de resistência da identidade jornalística, diante das atuais transformações econômicas, políticas e culturais. O jornalismo firma-se na defesa do interesse público, trabalhando sob a perspectiva da necessidade da sociedade de ter veículos midiáticos responsáveis por veicular aquilo que estaria distante da sua percepção caso não fossem as investidas jornalísticas. Segunda Traquina (2005, p.26) “os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade”.

Em sua tese de Doutorado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Basílio Sartor se propôs a compreender quais sentidos os jornalistas profissionais atribuem a noção de interesse público como critério de noticiabilidade. Diante disso, Sartor (2016) afirma que o interesse público é social e constantemente construído. As informações divulgadas na esfera pública não são neutras em sua produção e veiculação, tampouco são naturalmente de interesse público. Para Sartor (2016, p.122), os atores da esfera pública são “participantes ativos no processo de constituição do caráter público desses temas e acontecimentos, à medida em que os tornam visíveis no espaço público e conferem a eles um estatuto de relevância”. Ou seja, a mídia<sup>5</sup>, de um modo geral, interfere cotidianamente naquilo que a sociedade toma como realidade, contribuindo com a oferta de assuntos para serem pautados nas discussões sociais. No caso específico do jornalismo, esses assuntos são selecionados através de critérios de noticibialidade<sup>6</sup>, que incluem, também, interesses particulares das corporações.

Assim, o termo [interesse público] tende a recobrir um vasto campo semântico, ganhando suficiente elasticidade para ser empregado (como estratégia discursiva) por sujeitos diversos para justificar ou legitimar ideias, projetos e argumentos dos mais variados e mesmo contraditórios entre si (SARTOR, 2016, p.21-22).

---

<sup>5</sup> No contexto deste trabalho, compreendemos o jornalismo como um dos discursos midiáticos. É importante que não se confunda mídia e jornalismo, em especial porque à cada diferente discurso em circulação no espectro midiático (a publicidade, o entretenimento, a ficção, entre outros) conferem relações distintas com a noção de interesse público.

<sup>6</sup> Segundo Wolf (1999) os valores notícias fazem parte da noticiabilidade, que é “[...] o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias [...].” (p. 195). As combinações estabelecidas entre os diferentes valores-notícias serão o argumento do porquê o acontecimento deve ser publicado. Entre os valores-notícia, podemos destacar o nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento, impacto do acontecimento sobre a nação, quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento, atualidade, a quantidade de tempo/espaço destinado à notícia, o interesse público e a concorrência (WOLF, 1999).



Nesse sentido, Sartor (2016) afirma que o interesse público é uma noção que representa o papel democrático do jornalismo, pois a seleção da notícia deve seguir alguns critérios já fundamentados na profissão, como “[...] conferir visibilidade aos fatos publicamente relevantes, relatar a verdade acerca dos fatos, contribuir para formar e expressar a opinião pública, exercer a vigilância social e atuar como contra poder” (Sartor, 2016, p.124). No entanto, é preciso ter cautela ao estabelecer a relação entre jornalismo, poder e interesse público, e não confundir este último com o interesse do público. Para Gans (1970), o dever do jornalista é “[...] apresentar programas informativos, não é satisfazer um público; quanto menos se debruçarem sobre o público, mais atenção podem dar às notícias (GANS<sup>7</sup>, 1970 apud WOLF, 1999)”. Sendo assim, o noticiável é aquilo que interfere num maior número de pessoas e é de relevância social para a vida destes.

Segundo Traquina (2005, p.24), há dois polos dominantes no campo jornalístico contemporâneo, vinculados principalmente na estruturação dos grandes veículos de comunicação, o polo ideológico, que define as notícias como interesse público, e o polo econômico, que define as notícias como um negócio. Assim, a relação entre jornalismo e interesse público pode ir além do argumento de serviço à sociedade, e a seleção de notícias não se dá apenas através dos critérios de noticiabilidade já pré-estabelecidos. Além de a notícia ser uma mercadoria, já que faz parte de uma indústria, ela está sujeita aos interesses dos donos das grandes empresas, que, por vezes, decidem por veicular somente aquilo que é do interesse de quem paga melhor. Como afirma Karam (2004), o jornalismo é capaz de determinar quais acontecimentos e versões serão veiculadas. E é nesse sentido que se deve pensar e problematizar o argumento único do interesse público.

É preciso assumir a comunicação, e o próprio jornalismo, como parte de uma indústria que precisa gerar lucros. A partir disso, podemos pensar no exercício da profissão. Consideremos duas questões fundamentais: a empresa jornalística com o objetivo final do lucro, e a ideologia jornalística com objetivo de servir ao público. A conjuntura atual reflete que os dois modelos de atuação convergem. Ao mesmo momento que o jornalismo permanece servindo ao público, veiculando o que é de interesse e relevância social, ele recai no princípio do lucro, e, para vender, pode ser preciso criar novos atrativos, como recorrer ao sensacionalismo, a exposição de pessoas e a glamorização de situações. E, é nesse sentido, que interesse público e interesse do público entram em conflito.

---

<sup>7</sup> GANS, H. 1970 Broadcaster sand Audience Values in the Mass Media.- the Image of Man in American Television News. Transactions of the Sixth World Congress of Sociology, Evian, 4-11 Set. 1966, International Sociological Association.

Franciscato (2005) aponta para o surgimento de duas noções sobre o repórter nos Estados Unidos do século XX. A primeira é relacionada às condições de trabalho do jornalista, como as extensas jornadas de trabalho, baixo salário, e as técnicas da profissão. Já a segunda, revela os valores e princípios defendidos pelos jornalistas no exercício da profissão (FRANCISCATO, 2005). Coerente com o que foi posto pelo autor, Cornu (1994) aponta para o surgimento, em época próxima, das primeiras noções dos códigos deontológicos do jornalismo, significado por ele da seguinte forma: “[...] os códigos deontológicos visam essencialmente a formulação de regras profissionais praticáveis. Têm por principal objetivo a defesa da reputação do jornalismo e a familiarização dos jornalistas principalmente com seus principais deveres.” (CORNU, 1994, p.42). O argumento conflui, diretamente, com o primeiro polo proposto por Traquina (2005), o ideológico.

Surgiram, então, diversos manuais com o objetivo de formular os direitos e deveres do jornalista na sociedade, tendo como base principal a ética. Podemos aqui destacar o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado em 1987 no Congresso Nacional dos Jornalistas, os Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, adotado em 1983 na quarta reunião de organizações internacionais de jornalistas, sob assistência da UNESCO. Também, a Declaração dos Princípios para a Conduta, conhecida por Declaração de Bordéus, adotada em 1954 na França, no 2º Congresso Mundial da Federação Internacional dos Jornalistas, e a Declaração de Munique, aprovada em 1971 pelos países membros da Comunidade Econômica Europeia. Os códigos de ética existentes possuem poucas diferenças em sua formulação, compartilhando diversas ideias de direitos e deveres, principalmente aquelas já enraizadas na cultura jornalística. Para melhor compreensão, Cornu (1994) agrupa as disposições dos códigos em quatro eixos, sem separá-los por quem o propôs, mas sim pelas ideias que são propostas.

O primeiro eixo refere-se a **missão da imprensa**, onde, para Cornu (1999) o direito do público em receber informação é o que legitima a existência da atividade jornalística. Nesse sentido, destacamos o Artigo Primeiro do Código Brasileiro que diz: “A divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade” (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 1987). Também, o preâmbulo da Declaração de Munique reforça que “O direito à informação, à livre expressão e à crítica é uma das liberdades fundamentais de todo o ser humano” (DECLARAÇÃO DE MUNIQUE, 1971).

O segundo eixo de Cornu (1999) é **a liberdade de informação** como condição, onde deve ser garantida a independência do jornalista e a dignidade da profissão. Assim, o segundo

dever posto pela declaração de Munique é “defender a liberdade de informação, do comentário e da crítica” (DECLARAÇÃO DE MUNIQUE, 1971). Já o Princípio III dos Princípios Internacionais enfatiza que “a responsabilidade social do jornalista requer que ele ou ela agirão debaixo de todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal” (PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DA ÉTICA PROFISSIONAL NO JORNALISMO, 1983).

O terceiro eixo aborda **a verdade como dever fundamental** (CORNU, 1999), já que se a missão do jornalista é informar, é imprescindível que a informação seja verdadeira. É por isso que no Artigo Sétimo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é posto “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 1987). Assim como, segundo a Declaração de Bordéus “O respeito pela verdade e pelo direito do público à verdade é o primeiro dever do jornalista” (DECLARAÇÃO DE BORDÉUS, 1954). Também é devido a busca e o respeito pela verdade que o quarto dever do jornalista, segundo a Declaração de Munique, é “não utilizar métodos desleais para obter informações, fotografias e documentos” (DECLARAÇÃO DE MUNIQUE, 1971).

Por fim, o quarto eixo supõe **o respeito da pessoa humana como limite** (CORNU, 1999), onde o próprio autor questiona se no ato de publicação, o jornalista deve levar em conta tão e somente o interesse do público, tendo em vista os desdobramentos sociais de uma notícia. O Princípio Seis dos Princípios Internacionais defende que “uma parte integrante dos padrões profissionais do jornalista é o respeito ao direito de privacidade do indivíduo e à dignidade humana [...]” (PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DA ÉTICA PROFISSIONAL NO JORNALISMO, 1983). Já o Artigo Nono do Código Brasileiro aponta que é dever do jornalista “respeitar o direito à privacidade do cidadão” (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 1987).

Destacamos aqui apenas alguns dos pontos colocados pelos códigos deontológicos do jornalismo, tanto a critério nacional, como mundial. É importante também deixar claro que apenas o Código Brasileiro faz salvaguarda para aqueles profissionais que agirem em desacordo com o mesmo. As punições são referentes a desfiliação ou impedimento de filiação ao Sindicato de Jornalistas. No entanto, no Brasil, há um descrédito na atuação dos sindicatos, e uma desunião da categoria. Não há órgãos fiscalizadores do trabalho jornalístico. Assim, a conduta dos jornalistas fica sob responsabilidade de cada um e sob seus próprios ideais e princípios éticos. Karam (2005) nos proporciona argumentos que nos possibilitam estender a discussão sobre a ética e a lógica da profissão. Segundo o autor, “[...] os princípios morais da profissão e

os interesses particulares que envolvem a mídia parecem travar um combate cada dia mais claro, comprometendo-se, muitas vezes, o próprio sentido social da profissão jornalística” (KARAM, 2005, p.13).

Diversos fatores estão atrelados e condicionam o trabalho diário do jornalista. Traquina (2005) destaca a pressão das horas de fechamento, as hierarquias superiores das empresas, o jornalismo como negócio e a competitividade. Estes fatores determinam o que e como a notícia será publicada, tendo em vista que a pressão das horas pode impossibilitar maior aprofundamento das notícias, as hierarquias superiores podem determinar os assuntos que devem ou não ser abordado, e o jornalismo como negócio tem como prioridade a busca pelo lucro, vencendo, assim, a competitividade. Assim, a notícia é reforçada mais uma vez como mercadoria. Sartor (2016) afirma que “[...] nessa perspectiva, a notícia seria compreendida cada vez menos como fonte e materialização do debate público e mais como mercadoria a ser comercializada no mercado de bens simbólicos” (SARTOR, 2016, p.116).

Ao retornar ao debate dos dois polos jornalísticos, Traquina (2005, p.27-28) afirma

Para jornalistas e para muitas vozes na sociedade, o polo negativo do campo jornalístico é o polo econômico, que associa o jornalismo ao cheiro do dinheiro e às práticas como o sensacionalismo, em que o principal intuito é vender o jornal/telejornal como um produto que agarra os leitores/ os ouvintes/ à audiência, esquecendo valores associados à ideologia profissional.

Diante disso, também vale ressaltar que a comercialização das notícias é o que mantém os meios de comunicação circulando, juntamente com os espaços destinados a publicidade. E, para vender notícia, é preciso que se produza. Eis aqui outro limitador do jornalismo, além dos já mencionados acima por Traquina (2004). O autor atenta para a limitação financeira das empresas, que, ao se fazer o balanço das despesas frente à necessidade do lucro, impede a cobertura mais aprofundada de determinados assuntos, assim como a cobertura de todos os acontecimentos com valor-notícia e interesse público (TRAQUINA, 2004, p.159).

Conceito importante na compreensão do desenvolvimento social do jornalismo é a ideia de sua atuação como um poder. O avanço da tecnologia, aliado ao surgimento das novas mídias, faz com que, segundo Moretzsohn (2003), reconfiguremos a ideia de democracia, alcançando um momento onde o poder estaria espalhado e à disposição de ser exercido por todos. Assim, Sousa (2002) também admite que a força das novas tecnologias está, gradativamente, retirando o papel do jornalista como gestor único do espaço informativo. Mas, apesar disso, o jornalista consolidou seu papel social de fiscalizador, e até mesmo de contra-poder, agindo para além dos interesses dos Estados.

“Nesse sentido, o jornalismo é às vezes representado como uma instituição que assume funções de outras instituições sociais, como o poder judiciário e a polícia, reiterando o senso comum que vê na imprensa uma possibilidade de garantir visibilidade a denúncias não consideradas ou não investigadas pelos órgãos públicos competentes.” (SARTOR, 2016, p.197)

Esse papel histórico atribuído ao campo jornalístico, o poder de agir onde o cidadão comum não consegue chegar, não é democraticamente legitimado, tendo em vista que na sociedade só há três poderes – executivo, legislativo e judiciário – e que estes estão sob a decisão dos cidadãos de admiti-los, ou não. De forma diferente, o poder concedido ao jornalismo é histórico, mas em nenhum momento passou pela seleção democrática da população<sup>8</sup>. Daí a problemática de assumir o jornalismo como o quarto poder da sociedade.

No entanto, a participação social do jornalismo, assim como os benefícios de sua atuação são incontestáveis. Como afirma Traquina (2005, p.203), “O primeiro poder dos jornalistas é a decisão última de decidir o que é notícia, sabendo que a notícia dá existência pública aos acontecimentos ou à problemática. (...) O segundo poder dos jornalistas é a última palavra sobre a construção do acontecimento como notícia.”. Ou seja, o jornalista, como já fora afirmado, colabora na construção da realidade através do que ele seleciona para ser veiculado. E, assim, conquista o lugar social/poder para sugerir os debates, agir como órgão fiscalizador e denunciar as irregularidades.

É, também, importante destacar que o caráter de poder do jornalismo não age com base única no argumento do interesse público. Há, além disso, os interesses profissionais e empresariais por trás de cada denúncia e relato. Moretzsohn (2007, p. 118) problematiza afirmando “Porque ao longo dessa história [do jornalismo], prevaleceram os interesses do capital, travestidos de interesse público, trilhando a fronteira da ambiguidade já apontada por vários autores: a prestação de um serviço público, como é a informação, a cargo de empresas privadas.”

É por isso que, por fim, afirmamos que para pensar no jornalismo atual é preciso ir além das já consagradas discussões entre o que é e o que não é de interesse público. É preciso avaliar o contexto sócio-cultural em que o jornalismo surgiu, assim como o que foi preciso para ela se consolidar e manter-se até hoje, seja visto como profissão ou comunidade interpretativa. O importante é entender, e perceber, o jornalismo como parte de uma sociedade ávida por informação e sob a lógica do capital e do consumo. As escolhas jornalísticas não são frutos,

---

<sup>8</sup> Reconhecemos a diferença, nesta perspectiva, do meio de divulgação impresso e digital para o sistema nacional de radiodifusão. Este, com as emissoras públicas, está sob regulamentação federal, o que pode ser admitido como um condicionamento público, que suscitaria maior responsabilidade para com o serviço e interesse da população. Essa discussão será aprofundada do capítulo TAL do presente trabalho.

simplesmente, dos interesses subjetivos e arbitrário de cada jornalista, como afirma a teoria do gatekeeper (TRAQUINA, 2005). As notícias são produtos formulados a partir do caráter político, social e econômico de uma empresa e de uma sociedade. E é diante desta lógica que Karam (2004) afirma

“E, assim, por convicção ou cinismo, há o reconhecimento, em códigos e declarações empresariais, de que o *público* e o *interesse público* são soberanos e o maior valor dos veículos – da informação jornalística – depende a sua credibilidade social, e, daí a sua sobrevivência como empresa” (KARAM, 2004, p.92).

Diante das particularidades que cada meio de comunicação dá ao conteúdo veiculado, no próximo capítulo discutiremos sobre jornalismo e televisão, seus aspectos históricos, legais e narrativos. O objetivo principal da próxima seção é compreender como no Brasil se configura a rede de televisão, em quais cidadãos ela chega e com que tipo de conteúdo. A reflexão é necessária para que compreendamos alguns aspectos de nosso objeto de pesquisa.

## 2. A VAIDADE DO OLHAR: BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A NARRATIVA EM TELEVISÃO

No presente capítulo, dedicamo-nos a uma breve abordagem sobre o meio de comunicação televisivo, com foco no contexto brasileiro. Tais considerações se mostram relevantes no momento em que as especificidades de cada meio de comunicação condicionam e alteram as formas como as informações são produzidas, veiculadas e consumidas. Segundo Machado (2000, p.19)

*Televisão é um termo muito amplo, que se aplica a uma gama imensa de possibilidades de produção, distribuição e consumo de imagens e sons eletrônicos: compreende desde aquilo que ocorre nas grandes redes comerciais, estatais e intermediárias, sejam elas nacionais ou internacionais, abertas ou pagas, até o que acontece nas pequenas emissoras locais de baixo alcance, ou o que é produzido por produtores independentes e por grupos de intervenção em canais de acesso público.*

O surgimento da televisão é marcado por longos estudos, iniciados no fim do século XIX. Em 1920, o cientista Vladimir Zworykin requereu a patente do olho eletrônico da televisão, parte fundamental para o seu funcionamento. Em 1930, a televisão foi apresentada ao público em um teatro de Nova Iorque. No entanto, ainda não se conhecia a potencialidade de mudança econômica, social e cultural propiciada pelo meio, e o público classificou-a apenas como um cinema inferior (FLOHERTY, 1967). Passadas as evoluções da primeira patente, a televisão ganhou forma consolidada, passou a transmitir eventos importantes e se instalou nas salas de estar de casas do mundo inteiro.

No Brasil, a primeira emissora de televisão, a Tupi Difusora, surgiu em São Paulo em 1950, pelas mãos de Assis Chateaubriand. Nos anos que se seguiram, a TV Tupi chegou ao Rio de Janeiro, e no estado também foi inaugurada a segunda emissora da televisão brasileira, a TV Nacional. Apenas três anos depois, já eram cerca de 20 emissoras no país. Em 1964, a tomada de poder por parte dos militares facilitou a importação de equipamentos eletrônicos e a expansão nacional da cobertura televisiva, já que esse era o meio de comunicação para chegar até o povo (LORÊDO, 2000).

Apesar de suas evoluções técnicas, com o potencial de levar imagem aliada ao áudio para dentro das casas, a grande significação da chegada da televisão foi o marco cultural de mudanças sociais. Para Wolton (1996, p.5), “não só o espetáculo das imagens seduzia imediatamente, como também a janela para o mundo proporcionada pela informação, pelos documentários, filmes e espetáculos estrangeiros fizeram da televisão um dos meios instrumentais da emancipação cultural”. Para o autor, há certa secundarização na importância da imagem na

televisão, onde o texto permanece como o elemento mais relevante. Isso se dá devido a necessidade de contextualização das imagens. Elas, sozinhas, exercem muito pouco a função de esclarecimento. É também por isso que o campo de recepção televisiva é pouco explorado e, logo, pouco compreendido. Para Wolton (1996), essa falta de compreensão do âmbito da recepção faz surgir a ideia de que a televisão é um elemento banal na vida das sociedades.

Sua integração natural à vida cotidiana reforça o sentimento de que é inútil refletir demais sobre ela: sua banalidade é um convite esquecê-la, mesmo que as mudanças que acompanha constituam, ao contrário, um convite em si. Atitude reforçada hoje pela multiplicação de canais, entre os quais os espectadores escolhem aquilo que desejam com a sensação de exercer efetivamente a sua liberdade (WOLTON, 1996, p.45).

Mas, o autor discorda que esta banalização seja corretamente atribuída à televisão, tendo em vista sua força cultural de mudanças sociais, principalmente através do modelo geralista, ou seja, aquela que não possui seus conteúdos fragmentados de acordo com o interesse do público. Wolton (1996) considera alguns argumentos que se encontram no fundamento da televisão geralista. Para nossa discussão, é importante que se destaquem dois. O primeiro aborda a televisão privada e sua lógica econômica, ou seja, sua capacidade de entrar em contato com o grande público e gerar lucros. Mas, para além disso, a televisão geralista é “[...] um fator de integração social e de identidade coletiva para um país novo, com uma mistura eclética de populações, com ideias, origens, valores e religiões de todos os tipos” (WOLTON, 1996, p.111). O segundo argumento refere-se à televisão pública, que surgiu na Europa com o objetivo fundamental de distrair, informar e educar. O principal argumento para a necessidade de sua existência não era econômico, mas sim político e cultural. Segundo Wolton (1996, p.112) “político por causa da crença [...] de que aquele que detém a televisão detém o país; cultural porque o poder de difusão do instrumento não podia senão ser favorável à cultura para todos”.

Nesse sentido, Wolton (1996) exalta a performance da televisão brasileira que, para ele, possui as características de uma televisão geralista: valorização da identidade nacional e integração social, já que é assistida por todos os segmentos de classe. No entanto, diferentemente dos países europeus, a televisão geralista é privada no Brasil



## 2.1 SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

No Brasil, os Serviços de Radiodifusão (rádio e televisão) são regulamentados pelo Decreto nº. 52795 (BRASIL, 1963). Como complementação deste, outros decretos foram acrescentados ao longo dos anos. Esses regulamentam a exploração do serviço público por empresas privadas, através de concessões<sup>9</sup>. Filho (2000) aponta que o modelo de televisão brasileiro foi, até 1960, livre de legislação. Foi dando prioridade ao comercial, modelo herdado do rádio, que a televisão brasileira se consolidou como “o mais importante instrumento da indústria cultural brasileira” (FILHO, 2000, p.158).

Compreende-se que, passados 50 anos da regulamentação em vigor, pouco mudou nos serviços no país. De acordo artigo 3º, “os serviços de radiodifusão têm finalidade educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativo e recreativo, e são considerados de interesse nacional, sendo permitida, apenas, a exploração comercial dos mesmos, na medida em que não prejudique esse interesse e aquela finalidade” (BRASIL, 1963). O artigo 16º estabelece que, na avaliação dos pedidos de concessão, serão avaliados, em ordem, a disponibilização de tempo para programas educativos, jornalístico e noticioso, tempo destinado a programas culturais, artísticos, educativos e jornalísticos a serem produzidos no município de outorga e tempo destinado a programas culturais, artísticos, educativos e jornalísticos a serem produzidos por entidade que não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas ou entidades executoras de serviços de radiodifusão (BRASIL, 1963).

Quanto aos prazos das concessões, fica estabelecido no artigo 27º que serão dez anos de permissão de serviço para o rádio, e quinze anos para a televisão. A renovação é possível desde que a emissora permaneça dentro dos critérios estabelecidos, sendo que não há limite de vezes para renovação. Também, é importante destacar que as estações de radiodifusão podem cobrar pela propaganda política, desde que não ultrapasse o valor em vigor nos últimos seis meses para a publicidade comum.

Em 1988, com a nova Constituição Federal, ficou estabelecido que as decisões quanto aos serviços de radiodifusão ficariam sob responsabilidade, além do Governo Federal, do Congresso Nacional. A medida suscitou esperança de as decisões ficarem mais próximas da população. Mas, o cenário não se alterou, os mesmos conglomerados de mídia permaneceram

---

<sup>9</sup> A concessão só existe para os meios de comunicação rádio e televisão devido a limitação física para sua existência, diferente dos meios jornal, revista e internet, com material físico de veiculação ilimitado.

monopolizando o território nacional. A Pesquisa Brasileira de Mídia (2015)<sup>10</sup> revelou que a televisão é o meio mais assistido no Brasil, com 95% de respostas afirmativas. Informação é o objetivo principal para 79% dos entrevistados, seguido por diversão e entretenimento, para passar o tempo e devido a um programa específico. No entanto, apenas 17% afirmaram que confiam integralmente nas informações oferecidas pela televisão. O dado pode ser reflexo da economia política do nosso sistema de radiodifusão, onde empresas privadas, com histórico posicionamento ideológico, dominam a televisão aberta. A pesquisa revela que, embora a internet tenha ganhado muito espaço no cotidiano das pessoas, a televisão ainda é o meio que abrange a maior parcela da população. Menos de 50% dos entrevistados afirmaram utilizar a internet.

Os resultados da pesquisa refletem o papel crucial que a televisão mantém na sociedade: informar. No contexto brasileiro, onde o serviço público é concedido a empresas privadas, embora exista uma legislação reguladora, o que acontece não é o privilégio do interesse público. Não é raro percebermos o não cumprimento do disposto na Lei de Concessões, principalmente o que concerne à apresentação de conteúdos informativos e educacionais. Além disso, a rede televisiva aberta segue sendo explorada pelas mesmas empresas há anos, sem que possibilidades de inovações sejam criadas. Estas mesmas empresas compartilham lógicas e ideologias muito próximas, o que impossibilita um conjunto de vozes que fala pelo social. A pesquisa Mídia Dados (2016)<sup>11</sup> aponta que apenas a emissora Rede Globo alcança 98,6% dos municípios brasileiros, seguida pelo SBT, com 88,1% e pela Record, com 79,9%.

Com base nesse cenário, em 2015 o Coletivo Brasil de Comunicação (INTERVOZES) lançou uma cartilha sobre as irregularidades no sistema de radiodifusão brasileiro. Segundo a cartilha, quatro famílias dominam quase 70% da comunicação de canais abertos e há falta de diversidade nos conteúdos disponibilizados, tendo em vista que o foco da programação é em conteúdo jornalístico produzido no eixo Rio-São Paulo e distribuído nas afiliadas regionais de cada emissora (INTERVOZES, 2015). Além disso, a cartilha aponta para a violação dos direitos humanos na televisão, publicidade abusiva, espetacularização de situações de vulnerabilidade e falta de conteúdo educativo. A solução seria fiscalização eficiente, tanto por parte do Governo, quanto dos telespectadores, que devem cobrar a oferta de conteúdo de qualidade e com o propósito de serviço ao público.

---

<sup>10</sup> Disponível em <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acesso em: 10 de out de 2016

<sup>11</sup> Disponível em <<https://dados.media/#/mosaic>> Acesso em: 10 de out de 2016

Lopes (2000) afirma que a falta de fiscalização das concessões por parte do Estado é relacionada ao falso argumento de evitar qualquer tipo de restrição à liberdade de expressão. A autora acredita que o real motivo é o objetivo do governo de conquistar a simpatia dos empresários, ignorando os interesses sociais. “Na prática, as emissoras atuam segundo seu próprio e peculiar interesse, preocupando-se apenas com os índices de audiência de forma a garantir um melhor faturamento publicitário” (LOPES, 2000, p.179).

## 2.2 NARRAÇÃO E EMOÇÃO

A televisão surgiu em um contexto onde as notícias chegavam à sociedade através da fala, pelo rádio, e de imagem e texto, pela imprensa. A grande inovação residiu em aliar, em um único meio, códigos imagéticos, verbais e sonoros. Se para Wolton (1996), ainda no início do capítulo, a imagem é desacreditada na televisão, a complementação verbal e sonora faz do meio de comunicação um veículo ideal para informar e entreter. Gadret (2016) reforça a recusa da visão do dispositivo como algo degradante e sem valor, ressaltando que a estética da televisão exige uma análise mais cuidadosa da nossa relação com o meio, que leve em consideração os elementos textuais, expressivos e detalhes estilísticos. Gadret (2016, p.69) afirma

A televisão apresenta-se como um mecanismo de integração social na medida em que permite aos sujeitos estabelecer um ponto de contato com outras pessoas, comunicando aspectos da realidade que ultrapassam a informação e, possivelmente, intensificam sentimentos.

Como apontado anteriormente, a televisão brasileira é formada, em grande parte, por conteúdos jornalísticos, assim como pelo interesse na população nesses. Reimão (2000, *apud* COUTINHO, 2012) afirma que a programação brasileira aponta para o entretenimento, revelando, inclusive, uma categoria híbrida entre informação/entretenimento. A produção de conteúdo com essas características revela a tendência da nossa televisão ao espetacular<sup>12</sup>. O predomínio do espetáculo pode ser baseado em dois argumentos, segundo Coutinho (2012). O primeiro seria a ilusão da proximidade com os telespectadores, reforçado na medida em que “[...] apresentadores, repórteres e entrevistados se dirigem diretamente aos telespectadores, em um simulacro do olho-no-olho que garante a proximidade [...]” (COUTINHO, 2012, p.60). O

---

<sup>12</sup> Para melhor entendimento, consulte DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Contraponto Editora: Rio de Janeiro, 1997.

segundo seria a posição empresarial, sob influência do fator econômico. A notícia espetáculo é resultado da necessidade de uma informação mais apelativa, com valor econômico maior.

Em contrapartida, Gadret (2016) pondera que é preciso incluir nos debates sobre os estudos do jornalismo a emoção não só como manifestação da dramatização ou espetacularização da notícia. Para a autora, o telejornalismo possui uma estética própria que colabora para a manifestação de emoções e convida o telespectador a sentir. Sendo assim, todas as escolhas discursivas da produção de uma reportagem, da abordagem da pauta à edição, colaboram para suscitar sentidos no receptor. Mas, “[...] no telejornalismo, não basta reconhecer as emoções construídas pelas qualidades estéticas, é preciso compartilhar de um julgamento moral para ser re-movido por seus conteúdos” (GADRET, 2016, p.76). É preciso que o telespectador esteja também envolvido com o que assiste na televisão, e não seja apenas um receptor passivo das informações.

As possibilidades narrativas e estéticas da televisão levaram ao privilégio do gênero reportagem no jornalismo televisivo. Sodré (1986) afirma que a reportagem é “[...] uma narrativa – com personagens, ação dramática e descrição de ambiente – separada, entretanto, da literatura por seu compromisso com a objetividade informativa” (SODRÉ, 1986, p.9). O autor estabelece quatro principais características de uma reportagem: a) Predominância da forma narrativa; b) Humanização do relato, c) Texto de natureza impressionista; d) Objetividade dos fatos narrados. Quanto ao jornalismo de televisão, Curado (2002) atenta para três regras. A primeira é a clareza, já que o telespectador não pode desprender tempo para refletir e compreender a notícia que acaba de ouvir. A segunda regra é precisão, que reflete a boa apuração, ou não, feita pelo repórter. Por fim, a autora refere-se à regra da imparcialidade, onde o equilíbrio de informações deve ser imperativo.

A grande reportagem também ganha espaço na televisão. Ela é definida por ter maior tempo de produção, mais investimento, e onde a história se conta de forma mais completa, com expectativa de melhor receptividade do espectador. Segundo Carvalho (2010), ela surge a partir de duas forças distintas: o desejo do profissional de fazer bom jornalismo, com histórias impactantes que merecem maior tempo e cuidado de produção, e a questão mercadológica, onde a competição entre veículos leva a busca por oferecer uma informação diferenciada ao receptor. No entanto, os limites financeiros para uma pauta demorada de se produzir são a justificativa mais comum para a escassez desses trabalhos no âmbito televisivo brasileiro.

A grande reportagem também é fruto do trabalho de investigação de jornalistas. Quando recebem uma pauta, principalmente de denúncias que afetam o interesse público, o jornalista precisa agrupar o número suficiente de documentos e fontes que comprovem suas alegações,

assim como que deixem claro o prejuízo à sociedade. Para isso, é necessário um grande espaço no veículo de comunicação. Especialmente na televisão, recorre-se às grandes reportagens, com maior tempo de duração, e, normalmente, exibidas em horários de grande audiência. Superar os padrões já estabelecidos no meio televisivo, assim como propor formatos diferentes, são os desafios das grandes reportagens, principalmente as investigativas.

No entanto, a busca pelo diferente pode levar ao resultado do espetacular. As investigações, antes argumentadas com base no interesse da sociedade, ganham espaço por vender melhor, e por despertar a atenção de uma audiência ansiosa pela novidade. O jornalismo tido como representação da realidade enfrenta no meio televisivo o desafio da necessidade de comprovação imagética do que é dito. Assim, a existência de um acontecimento é condicionada a sua capacidade de ser documentada. Diante do jornalismo investigativo, onde a denúncia é feita para que o público também seja testemunha do que o afeta, o que esse público realmente está testemunhando? A resposta para essa pergunta é uma realidade condicionada, onde o que não está ao alcance das câmeras, ou que não corresponde ao interesse da empresa, não é tornado visível.

Leal (2008) afirma que as notícias são vistas como elementos importantes na conformação da experiência contemporânea. São elas que, ao construírem a realidade veiculada ao telespectador, oferecem uma noção da esfera pública e privada da sociedade, a qual o público não tem acesso sozinho. É de inquestionável importância que esta noção da realidade, já que a mídia não representa a totalidade dela, seja verídica e abordada de forma ética. As emissoras que são concessões públicas do sistema de radiodifusão têm o compromisso com a sociedade de apresentar-lhes aquilo que é de interesse público, independentemente de suas ideologias. Embora seja perceptível que isto não ocorra, a sociedade tem o pleno direito de cobrar uma posição destas emissoras, que ao serem detentoras de um serviço público que alcança milhões de pessoas diariamente, devem cumprir certos preceitos dispostos na lei já mencionada no início deste capítulo.

Também, a responsabilidade do jornalismo com os temas que aborda é justificada pela posição de disseminador que o seu público possui. Ao ler, ouvir ou assistir uma notícia, o cidadão irá inseri-la no seu cotidiano, de acordo com a proximidade que o afeta, e compartilhá-la com aqueles que estão ao seu redor. O receptor já carrega consigo uma bagagem de conhecimentos, muitas vezes oferecidos pela própria mídia, que, ao receber cada nova informação, adequa às que já possui, construindo, assim, sua opinião. Leal (2008) afirma que o jornalismo “busca antecipar, orientar, conduzir, apropriar-se do gesto de recepção à espera de que o receptor tome a notícia para si, dê-lhe validade, autentique-a” (LEAL, 2006, p.4).

No jornalismo investigativo, podemos perceber a contraposição entre os pontos abordados acima: a responsabilidade com a informação e o condicionamento da mesma. A utilização de fontes confidenciais, muitas vezes sequer identificadas ou contextualizadas nas matérias, da câmera oculta utilizada como se fosse o último artifício possível, do repórter que se submete a situações atípicas para comprovar o que diz, entre outros exemplos, apresentam um jornalismo cada vez mais voltado para a espetacularização das informações, para a criação de cenas, cenários e roteiros mais próximos aos produtos fictícios audiovisuais do que aos princípios do jornalismo informativo. Como afirma Moretzsohn (2008), esses artifícios “garantem o espetáculo – a sensação de que penetramos em lugares proibidos e ficamos sabendo de coisas que outros, eventualmente “poderosos”, gostariam de esconder” (MORETZSOHN, 2003, p.8).

As colocações feitas nesse capítulo nos ajudam a compreender as possibilidades narrativas e estéticas do meio televisivo, além da realidade dos meios de comunicação no Brasil. Nesse sentido, o jornalismo investigativo ganha diferentes formas de alcançar o público, especialmente quando a matéria é pensada para a televisão em contraponto dos outros meios. No próximo capítulo, elucidaremos como as opções narrativas do repórter, as fontes e os ângulos de gravação colaboram na criação deste cenário emocional e espetacular das investigações.

### 3 O JORNALISMO INVESTIGATIVO COMO GÊNERO

Se para o autor lusitano Nelson Traquina (2005), o jornalismo de investigação começa a ganhar forças no mundo a partir do início do século XX, a realidade brasileira não é contemplada neste apontamento histórico. Fortes (2005) afirma que o marco histórico para início do jornalismo investigativo no Brasil é o impeachment do então presidente da República Fernando Collor de Mello em 1992. O atraso, segundo o autor, reflete os anos ditatoriais pelos quais o Brasil passou de 1964 a 1985. Collor foi o primeiro presidente eleito democraticamente após o regime militar. Diante dos escândalos cada vez mais frequentes em sua gestão, coube aos jornalistas investigarem as manobras ilegais realizadas por Collor.

O termo jornalismo investigativo gera controvérsias na teoria especializada. Alguns teóricos e profissionais afirmam que todo o jornalismo é investigativo, já que necessita de verificação dos fatos e, por consequência, investigação. Já para outros amantes da área, o jornalismo investigativo é entendido como um gênero a parte. Na nossa pesquisa, entendemos que o jornalismo investigativo exige rotinas diferentes dos outros gêneros, maior tempo de apuração e financiamento adequado. Além disso, o gênero investigativo oferece ao receptor uma possibilidade maior de contextualização e compreensão, diferente do jornalismo diário que, fragmentado, exige um acompanhamento gradual das notícias que são veiculadas aos poucos, de acordo com a ordem em que acontecem. Fortes (2005) resume as exigências do jornalismo investigativo nos seguintes pontos: talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte.

Embora falar de jornalismo seja, ao mesmo tempo, referir-se ao interesse público, no gênero de jornalismo investigativo tal ligação fica ainda mais evidente. As investigações e denúncias feitas pelos repórteres dessa área buscam preencher as lacunas políticas, econômicas e sociais que enfraquecem a sociedade. Como afirmam Kovach e Rosenstiel (2004, p.126)

Embora toda a reportagem envolva investigação, aquilo que entendemos como jornalismo de investigação adiciona uma dimensão moral ao conceito. Envolve o público e conta com a sua apreciação sobre as revelações feitas [...]. Nesse sentido, a reportagem de investigação implica não só chamar a atenção para determinado assunto, mas, regra geral, assumir um papel mais acusatório, se algo estiver errado.

As implicações dessas reportagens devem servir à sociedade, maior interessada nas investigações sobre casos que a afetam e debilitam. Em uma carta dos direitos dos cidadãos, elaborada após três anos de pesquisa com jornalistas e com o público americano, Kovach e Rosenstiel (2004) apresentam o seguinte direito:

Visto que a função de investigação da imprensa lhe confere um poder considerável, podemos esperar que este seja utilizado com grande cuidado e discrição, o que significa que as organizações jornalísticas têm a responsabilidade de abrir o caminho - de revelar coisas que sejam importantes novas e que mudem paradigmas da comunidade. Temos o direito de esperar que o papel de vigilância demonstre a obrigação de defesa do interesse público por parte das organizações jornalísticas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.204).

Assim, aos jornalistas investigativos cabe o papel tradicional de ser “olhos e ouvidos da sociedade”. Diante do direito da liberdade de informação, e do dever de informar sobre o que ocorre no mundo, o jornalismo tem como função agir a favor da sociedade e de seus interesses e necessidades, produzindo material útil para a mudança do sistema vigente.

### 3.1 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO INVESTIGATIVO

Segundo Sequeira (2005), para que o jornalismo investigativo cumpra sua função social de mostrar à sociedade as adversidades que a prejudicam, são necessários quatro elementos básicos: 1) contexto social democrático para o trabalho do repórter; 2) que os pontos expostos sejam resolvidos pelas instituições estatais; 3) que as empresas de comunicação sejam independentes de instituições públicas e privadas; e 4) que o repórter, durante o processo investigativo, trabalhe eticamente.

No entanto, nem todas as reportagens investigativas são iguais. Elas diferem, principalmente, entre seus modos de produção. Os autores Kovach e Rosenstiel (2004) identificaram três grandes formas de prática do jornalismo de investigação. A primeira é a reportagem de investigação original, que implica que sejam os próprios repórteres a descobrir e documentar histórias desconhecidas do público. Esse modelo “poderá envolver táticas idênticas ao trabalho policial, como a procura exaustiva de informações no campo, a pesquisa em arquivos públicos, a utilização de informações e mesmo, em circunstâncias especiais, o trabalho sob disfarce ou a vigilância secreta de atividades” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.11). O segundo tipo é a reportagem de investigação interpretativa, que parte de um fato já conhecido em busca de reunir informações em um novo contexto, mais completo e que permita ao público um entendimento aprofundado. Em suma, é ir além da clássica denúncia. Por fim, temos a reportagem sobre investigação, que, segundo os autores, é o tipo cada vez mais comum. A reportagem se desenvolve a partir do vazamento de informações de uma investigação oficial já em curso, que pode ser dada por governantes. O objetivo desses é influenciar a opinião pública. Kovach e Rosenstiel (2004) afirmam que em vez de vigiar as instituições de poder, a imprensa transforma-se num instrumento a mercê das mesmas.



A diferença principal entre os tipos de reportagem investigativa apontadas pelos autores está no envolvimento do repórter com a mesma. Enquanto na reportagem de investigação e na interpretativa o repórter se esforça atrás de documentos e provas que sustentem e contextualizem o tema, a reportagem sobre investigação já chega pronta, cabe ao repórter organizá-la em formato atraente e divulgá-la ao público. Além disso, os riscos que o repórter corre na descoberta da informação, os investimentos necessários à produção da pauta, assim como o tempo disponível para realização, são claramente díspares quando se compara os dois primeiros modelos ao segundo.

O manual para jornalistas investigativos, organizado pelo jornalista Mark Lee Hunter e publicado pela UNESCO, estabelece as principais diferenças entre o jornalismo convencional e o investigativo, afirmando que no caso do jornalismo investigativo, o quinto elemento fundamental ao lide, o “porquê”, torna-se “como” nas reportagens de investigação, com o interesse recaindo não nas justificativas do que é investigado, mas sim no processo de como aquilo se desenvolveu. Para além disso, quanto à pesquisa de apuração, o autor ressalta a desobrigação da periodicidade na publicação de reportagens investigativas, tendo em vista que se deve oferecer um tempo maior a estas para que todas as informações tenham suas dúvidas esgotadas. Já quanto à relação com as fontes, as diferenças residem na possibilidade de não identificação das mesmas por questões de segurança, e a dúvida posta sobre as informações de fontes oficiais, que podem se mostrar falsas quando comparadas aos relatos confidenciais dado por fontes independentes. Por fim, quanto aos resultados, no esforço da investigação é necessário que haja engajamento pessoal do repórter, e este pode, na narração, designar vítimas, culpados, e oferecer um veredicto sobre a história (HUNTER *et al.*, 2013).

Quanto aos critérios de noticiabilidade, o jornalismo investigativo segue os mesmos do jornalismo tradicional, já apontados por Wolf no primeiro capítulo deste trabalho. Aguiar (2006) afirma que "a construção dos critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo está, imperativamente, inserida nas discussões sobre ética profissional e responsabilidade social da imprensa" (AGUIAR, 2006, p. 75). Esse atrelamento à discussão ética se dá, principalmente, pelas questões que a investigação jornalística suscita, como os limites entre a privacidade e o direito de informação, a legitimidade da investigação, tendo em vista o argumento do interesse público e, além disso, o limite da exposição pessoal do investigado. No entanto, o produto jornalístico é fruto de uma série de negociações que vão além dos critérios de noticiabilidade pré-estabelecidos e não rígidos. A notícia deve convergir com os interesses econômicos, políticos e ideológicos da empresa. E, neste contexto, os princípios éticos e de interesse público

podem ser deixados em segundo plano quando comparados aos lucros financeiros que a veiculação de uma investigação pode trazer.

Como afirma Sequeira (2005), as reportagens investigativas estão na contramão do fluxo da informação, seja pelas fontes utilizadas, já que as fontes tradicionais são descartadas, ou pelo tempo de trabalho que o repórter precisa para concluir seu trabalho, já que não segue o padrão de fechamento diário dos jornais, ou, ainda, pelo tamanho das reportagens, que normalmente são extensas e exigem maior espaço para publicação, principalmente quando acompanhadas de documentos que comprovem a denúncia. É por isso que as reportagens investigativas ainda são exceções nas redações brasileiras. Seja pela rotina turbulenta que indis põe o repórter a um trabalho mais longo, ou as finanças que impõem limite às pesquisas, a verdade é que as grandes reportagens investigativas tendem a ser iniciativa do próprio jornalista, que encontra nos livros, e não na mídia tradicional, o aporte adequado para publicação.

O gênero investigativo possui uma série de aspectos que o diferencia do jornalismo tradicional. Aqui, optamos por estabelecer quatro categorias que, na nossa perspectiva, são necessárias para entender as reportagens investigativas e, logo, merecem atenção.

### **3.1.1 Pauta**

A pauta de investigação, no jornalismo, pode chegar à redação de diversas formas. Alguns programas, como o Fantástico da Rede Globo, possuem um canal de comunicação com o telespectador, onde recebem denúncias sobre desvio de dinheiro público no país. A partir delas, o repórter Eduardo Faustini percorre sua própria investigação da denúncia para o quadro “Cadê o dinheiro que tava aqui? ”. Também, a pauta pode ser fruto de investigações já em andamento no Ministério Público, por exemplo. Outro meio é quando a pauta parte de investigações prévias do próprio repórter, que descobre algum fato e leva a seus editores como sugestão.

A partir da chegada da pauta, o que diferencia uma matéria de outra é a forma como o repórter irá seguir sua investigação, explicadas pelos três tipos apontados por Kovach e Rosenstiel (2005) no início do capítulo. Como afirma Aguiar (2006), as pautas do jornalismo investigativo não se restringem apenas a temas políticos, mas estão presentes em todas as editorias de um jornal, “seu foco é apurar e divulgar informações sobre atos desviantes que afetem o interesse público e que sejam prejudiciais à sociedade” (AGUIAR, 2006, p. 74).

No entanto, a busca por ser o primeiro a noticiar, e dar o “furo” de reportagem, termo usado por jornalistas para designar a notícia veiculada em primeira mão por um veículo, pode levar a uma publicação simplista da pauta que chega às redações, com mínima intervenção e contextualização do repórter. O público recebe uma informação inacabada, e que corre o risco de ser inverídica, apenas pela “sanha competitiva interna e externa das redações” (FORTES, 2005, p.24). Também, existe o problema das investigações baseadas apenas em fontes interessadas pela informação, o que limita a compreensão do receptor, que tem acesso a uma informação incompleta e pré-determinada pelas lógicas econômicas e ideológicas de um repórter ou de uma empresa. Diante disso, Fortes (2005, p.17) afirma

Não é por outra razão que o conceito de investigação jornalística no Brasil está atrelado a escândalos e denúncias, quando se sabe que a maioria dessas matérias nasce do repasse puro e simples de informação, muito mais um mérito das fontes do que, propriamente, do repórter. O que antes era a busca pelo furo passou a ser uma corrida, às vezes, desenfreada pelo rótulo. E também por outros motivos, inclusive uma colocação honrosa — e bem remunerada — dentro de um mercado de trabalho fechado e cada vez mais restrito das redações.

### **3.1.2 Fontes**

Para Traquina (2005), no jornalismo a fonte é uma autoridade, e, muitas vezes, ela é utilizada mais pelo o que é do que pelo o que sabe. As fontes jornalísticas não recebem o mesmo espaço nas matérias, já que elas possuem classificação diferentes de acordo com sua finalidade. Para Lage (2011), há as fontes oficiais, como o Estado e instituições, as oficiosas, que são indivíduos que, mesmo ligados a uma instituição, não estão autorizadas a falar sobre ela, e as independentes, desvinculadas de instituições. Também, as fontes são primárias, aquelas que o repórter utiliza para construir o essencial de uma matéria, as informações mais importantes, e as secundárias, que servem para preparação da pauta e oferecem informações genéricas. Por fim, há as testemunhas e os experts, que são utilizadas em busca de versões e interpretações de eventos.

No gênero investigativo, as fontes são peça principal nos caminhos que a apuração toma. Por vezes, condição para cedência da informação é que a fonte permaneça em anonimato, sem que seu nome seja exposto. Na Constituição Federal, o artigo 5<sup>a</sup>, inciso XIV, garante que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL 1988). No entanto, deve haver cautela na utilização de fontes anônimas, tendo em vista que o público não sabe sua procedência e pode estar sendo

enganado. Kovach e Rosenstiel (2004) afirmam que quando os jornalistas não informam ao público seus métodos, fontes e motivos, eles estão violando a ideia de transparência jornalística.

Em sua obra, Sequeira (2005) entrevistou jornalistas investigativos com o objetivo de fazer um mapeamento do gênero no Brasil. Diante das fontes anônimas, os jornalistas entrevistados mostram-se cautelosos. Eles afirmam que a informação conquistada com a fonte anônima não deve ser a sustentação de uma reportagem, e só deve ser usada em casos extremos. No entanto, é comum vermos nas reportagens investigativas fontes entrevistadas protegidas pela distorção da imagem e do som. Também, se percebe o uso de informações na narração da matéria que não referenciam a fonte como base da investigação.

Há dois pontos que precisamos destacar na relação entre jornalistas e fonte. Quanto ao primeiro, Fortes (2005) problematiza o fato da fonte manter um poder de condução sobre o material apurado. Nesse caso, a informação fundamental para a investigação está sob o controle de uma fonte que a manipula de acordo com interesses próprios. Como afirma o autor, o repórter, seguindo os princípios éticos da profissão, deve distanciar-se desta fonte. No entanto, não é a posição comum dentro das redações.

Já o segundo ponto é a relação inversa, quando o jornalista engana a fonte para conseguir a informação que deseja. Quanto a isso, Kovach e Rosenstiel (2004) sugerem um teste, tanto para jornalistas, quanto para o público, para avaliar se fontes anônimas e o uso de disfarce são necessários. O teste consiste em considerar três etapas: a informação deve ser suficientemente importante para o interesse público para que se justifique o engano; os jornalistas não devem usar o disfarce, a menos que não haja outra opção; os jornalistas devem informar ao público sempre que tiverem enganado a fonte, explicando os motivos, a razão pelo qual a história justifica o engano e porque esta era a única forma de chegar aos fatos.

### **3.1.3 Câmera oculta e identidade falsa: um espetáculo**

Exercer um serviço em nome do interesse público, assim como ser legitimado socialmente como um poder fiscalizador dos outros poderes na sociedade, condiciona os jornalistas a acreditarem que qualquer atitude, lícita ou ilícita, é corretamente justificada por agir em nome do interesse social. Assim, utilizar identidade falsa para acessar determinados locais ou escutas e câmeras ocultas para documentar um flagrante são métodos recorrentes, principalmente para jornalistas investigativos. No entanto, agir conforme a premissa que todos têm “o direito de saber” pode esbarrar em limites legais e, principalmente, éticos do exercício da profissão.

Fortes (2005) considera que uma das principais dificuldades da investigação jornalística reside na ética da atividade, já que muitas vezes tende a se confundir com o trabalho policial. Além disso, o autor também aponta que há duas perspectivas sobre o jornalismo investigativo. A primeira é sobre a valorizada capacidade de trazer ao público casos de corrupção. A segunda aborda a falta de regulamentação dos métodos utilizados pelos jornalistas, além da falta de limites na busca desenfreada por expor escândalos. “Nesse ponto, todos — jornalistas, fontes e patrões (salvo as exceções esperadas) — passaram a concordar em pelo menos um ponto: a premissa básica: toda investigação jornalística tem que ser a ética” (FORTES, 2005, p.22).

A captação de imagem pela câmera oculta é um atrativo para quem assiste e facilitadora para quem produz. Para a pesquisadora Sylvia Moretzsohn (2003), entretanto, a utilização da câmera oculta e da identidade falsa induzem a um flagrante montado, além de esconder algumas informações do público, como as perguntas que não vão ao ar ou o não revelado estímulo para que as fontes tomem determinadas atitudes. Nas entrevistas realizadas pela pesquisadora Cleofe Sequeira, os profissionais justificam que, quanto ao uso do disfarce, a questão central é o uso que o jornalista faz da informação, já que esta não pode ser o ponto final da reportagem, e os dados coletados devem ser verificados através de outros meios. Já quanto à câmera oculta, os jornalistas investigativos colocaram-se contra, ressaltando o aspecto antiético da prática.

No entanto, discutir a ética jornalística não é tarefa fácil. Embora existam códigos deontológicos que fornecem os princípios de ação da profissão, constantemente a defesa da ética esbarra naqueles que argumentam que há cerceamento da liberdade de informar. O que precisamos esclarecer é que, embora de grande utilidade e, em alguns casos, a última alternativa do repórter de exercer seu papel de representante do interesse público, a câmera oculta e o disfarce fornecem uma exposição da fonte que não basta como esclarecimento, e há manipulações e edições que não chegam ao conhecimento do público. A investigação não pode ser legitimada simplesmente por um flagrante que não é totalmente real, mas sim induzido. A câmera oculta e o disfarce devem ser usados como meios de se conseguir a informação investigada, e não como definidores da denúncia. O que aqui pretende-se problematizar é o espaço que esses artifícios, cada vez mais frequentes e utilizados banalmente, tomam nas investigações. Como afirma Moretzsohn (2012, s.p), “O que importa, para a TV, é o impacto da imagem sobre os espectadores. Fazê-los pensar é outra história”. E, assim, se multiplica o espetáculo criado sobre as investigações jornalísticas e diminui-se o real objetivo das mesmas, que é informar o público.

### 3.1.4 Exposição, segurança e função social

O uso destes artifícios mencionados na seção anterior, que por vezes esbarram na ilegalidade e na falta de ética, também suscita outras discussões. Entre elas, a segurança do repórter exposto a determinadas situações. Embora Moretzsohn (2003) problematize que a exposição do repórter traz apenas debates em relação a sua segurança, e não em relação à ética de suas escolhas, entendemos aqui que a integridade do repórter não deve estar em jogo na apuração de uma pauta. Embora o jornalismo tenha ganhando, com o passar dos anos, o rótulo de “Quarto Poder”, que deve investigar os outros poderes e trazer à tona aquilo que não condiz com uma boa conduta social, o repórter não deve submetido a situações adversas e perigosas no processo de uma investigação.

Não são raros os casos de jornalistas que se arriscam durante o exercício da profissão, desde a infiltração em presídios (MORETZSOHN, 2007), em comunidades sob controle de milícias (MORETZSOHN, 2008), até o fatal caso de Tim Lopes, que em 2002 entrou na Vila Cruzeiro, favela do Complexo do Alemão na cidade do Rio de Janeiro, para flagrar cenas de exploração sexual de menores de idade em um baile funk. Tim, conforme revelado depois, foi sequestrado e assassinado por traficantes locais. Embora as empresas jornalísticas afirmem que todos os procedimentos de segurança são tomados em pautas que envolvem essas situações, Fortes (2005) defende que a disposição pessoal em investigar, e incorrer riscos, deve ser pautada pelo bom senso. “A busca enlouquecida pela verdade, por mais digna e respeitável que seja não pode tomar o lugar da responsabilidade profissional, muito menos expor um repórter à sandice de criminosos” (FORTES, 2005, p.73).

A discussão da segurança também traz dúvidas sobre o papel social que o jornalismo investigativo ocupa. Se o exercício da profissão acaba por se confundir com o trabalho de outras instituições sociais, como o da polícia, será que o jornalismo está cumprindo o seu papel? Os profissionais ouvidos por Sequeira (2005) mostram preocupação com a função social do jornalismo, que, segundo eles, não está sendo cumprida, já que as instituições brasileiras não corrigem os erros percebidos em reportagens já veiculadas.

Além disso, Kovach e Rosenstiel (2005) questionam se o jornalismo investigativo cumpre função social ou apenas econômica. Os autores fazem dura crítica aos trabalhos de investigação que não tem por objetivo exercer o papel de vigilância, mas apenas vender as notícias. Eles apontam dois problemas para esta atitude. O primeiro é que muitas destas reportagens provêm de agências de comunicação já estruturadas e prontas, e destinam-se a períodos fracos em que se pretende aumentar a audiência. O segundo problema é que a

exposição do senso comum tende a desvalorizar o jornalismo investigativo, que se converte, segundo os autores, em imprensa de falso alarme. O papel da vigilância transforma-se numa forma de diversão.

Apresentados os pontos considerados nesta pesquisa como discussão necessária no exercício do jornalismo investigativo, e considerando que cada investigação possui suas particularidades e metodologias específicas, assim como cada repórter possui consciência própria das concessões e limitações que se dispõem a fazer, no próximo capítulo apresentaremos a trajetória metodológica para, então, partirmos para a análise do nosso objeto de estudo.

## **4 CAMINHO METODOLÓGICO: ANÁLISE DE CONTEÚDO E ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE**

Cada produto midiático finalizado não é fruto de uma lógica padrão de produção. Há diversos quesitos que influenciam em cada escolha, seja de códigos imagéticos ou orais, de temas, ou até mesmo de fontes. A partir da escolha de nosso objeto de pesquisa – a narrativa sobre a Máfia das Próteses – percebemos que não seria o suficiente analisarmos o produto fechado e já veiculado. As reflexões do jornalista sobre seu próprio trabalho possuem uma interessante riqueza para que sejamos capazes de responder o problema proposto à realização desta pesquisa, que é entender como o jornalista Giovani Griozotti justifica os processos de produção da reportagem “Máfia das Próteses”, considerando as características do jornalismo investigativo e os fundamentos éticos e deontológicos da profissão. Assim, definimos como corpus desta pesquisa a reportagem Máfia das Próteses, veiculada em janeiro de 2015 na Rede Globo, juntamente com uma entrevista com o jornalista autor da mesma, o repórter investigativo Giovani Grizotti.

Diante do corpus, nosso percurso metodológico parte da análise de conteúdo, buscando na reportagem as características que a define como jornalismo investigativo, com base nas definições de nosso aporte teórico. Então, estabelecemos categorias que basearam a formulação das perguntas da entrevista em profundidade com o repórter. Por fim, diante dos resultados provenientes da união destas duas metodologias, acrescentamos, novamente, a análise de conteúdo qualitativa, utilizando as mesmas categorias da entrevista, na busca por evidenciar as marcas que legitimam e explicam as escolhas de produção do jornalista diante de seu produto. A escolha de metodologias qualitativas se justifica, como afirma Groulx (2012), por contribuir com a pesquisa social ao lançar um olhar sobre os problemas sociais e mecanismos profissionais. O autor reitera que “visando à modificação da percepção dos problemas e também da avaliação dos programas e serviços, a pesquisa qualitativa pretende mudar tanto a prática, quanto seus modos de gestão” (GROULX, 2012, p.96).

### **4.1 PERCURSO METODOLÓGICO**

A escolha da reportagem Máfia das Próteses justifica-se pelo papel de intervenção social da mesma. A veiculação no primeiro domingo de 2015, quatro de janeiro, no programa Fantástico da Rede Globo, resultou na formação de Comissões Parlamentares de Inquérito no Senado Federal, Câmara de Deputados, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e Câmara



Distrital do Distrito Federal, além de denúncias por parte do Ministério Público. As investigações, ainda em andamento, já resultaram em acusações e prisões efetivas.

A reportagem, com 22 minutos de duração, foi veiculada no programa Fantástico na Rede Globo e é de autoria do repórter Giovani Grizotti. A primeira edição do programa Fantástico foi ao ar em agosto de 1973 na Rede Globo. O programa, criado pelo então diretor de operação da emissora, José Bonifácio Sobrinho, tinha como objetivo ser uma revista televisiva, reunindo conteúdos jornalísticos e de entretenimento. Os temas ainda hoje abordam o território nacional e os interesses dos cidadãos, desde a divulgação de material sobre saúde, comportamento, até a investigação e elucidação de crimes e denúncias de corrupção. Diante desta lógica, em meados de 2014, o repórter Giovani Grizotti sugeriu uma pauta investigativa sobre cirurgias desnecessárias realizadas pelo SUS a partir de prescrições médicas. Giovani Grizotti é repórter da Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS, afiliada da Rede Globo no sul do país. Conhecido por nunca mostrar o rosto, o repórter envolve-se em matérias que variam entre temas do cotidiano até o desenvolvimento de investigações especiais para o Fantástico.

A reportagem, que ficou conhecida como “Máfia das Próteses”, percorreu cinco estados brasileiros - Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal - durante três meses. A denúncia investigada refere-se a médicos que indicavam cirurgias de próteses desnecessárias para ganhar comissão sobre o preço dos implantes, e médicos que gastavam mais materiais que o necessário para ganhar dinheiro em cima dos mesmos. Os acordos eram feitos diretamente com as empresas de próteses e órteses: os médicos requisitavam nas liminares para cirurgia algum produto exclusivo oferecido apenas pela empresa já contatada, e esta participava das licitações. Então, médicos e empresas estabeleciam a porcentagem de lucro para ambos. O repórter Giovani Grizotti identificou-se como médico e esteve em congressos nacionais de medicina e odontologia, conversou com representantes das empresas que vendiam as próteses, com médicos atuantes e vítimas envolvidas.

#### **4.1.1 Análise de Conteúdo**

Diante do discurso da reportagem televisiva Máfia das Próteses, buscamos identificar as marcas que a caracterizam como um trabalho investigativo. Para alcançar este objetivo, optamos por utilizar a metodologia de Análise de Conteúdo qualitativa, por entendermos que a mesma contempla a busca por elementos capazes de evidenciar características do jornalismo investigativo apontadas em nosso referencial teórico.

A análise de conteúdo é definida por Herscovitz (2007, p.126-127) como um

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos, e imagem impressas, gravadas, ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados, com objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação.

Embora o método possua aspectos quantitativos e qualitativos, cabe ao pesquisador direcioná-la de acordo com seus interesses. Herscovitz (2007) afirma que os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo estão em busca de pistas que revelam os significados aparentes e implícitos da narrativa jornalística “expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (HERSCOVITZ, 2007, p.127).

Além disso, Lozano (1994, apud FONSECA JUNIOR, 2012) destaca a análise de conteúdo como um método confiável e objetivo, já que se baseia em um conjunto de procedimentos que se aplica da mesma forma em todo o conteúdo analisável. A reportagem, selecionada devido ao seu impacto social, reforça um dos princípios basilares do jornalismo: o interesse público. A partir disso, buscamos verificar, com base na bibliografia teórica, se os elementos apontados pelos autores estão presentes como marcas da reportagem investigativa. Para tal, consideramos apenas a narrativa oral, englobando os elementos imagéticos apenas se necessário, como é o caso de exemplificar a estética da câmera escondida. O texto da reportagem está transcrito no Anexo A da pesquisa.

Após evidenciar tais características, estabelecemos cinco categorias que nos auxiliaram, posteriormente, na formulação da entrevista em profundidade. A categorização auxilia-nos na organização da diversidade de informações que temos e, assim, na melhor compreensão de cada eixo temático selecionado. As categorias são: Pauta, Fontes, Câmera Oculta e Disfarce, Exposição e Segurança, e Papel Social.

#### **4.1.2 Entrevista em Profundidade**

Diante das características destacadas na análise de conteúdo, se percebeu a necessidade de compreender o olhar do repórter sobre seu próprio trabalho. Giovani Grizotti, da RBS TV, mantém em sigilo sua identidade para se proteger. O repórter investigativo é conhecido como “jornalista sem face”, já que não aparece em suas produções. Para essa parte da análise, apropriamo-nos das definições de Duarte (2012) na abordagem metodológica, através da entrevista em profundidade.

Segundo Duarte (2012, p 62), a entrevista em profundidade é definida como “técnica qualitativa que explora assuntos a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. A partir dos pressupostos estabelecidos pelo pesquisador, ele busca recolher respostas que partem da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada pela propriedade de fala que possui e pelo valor das informações fornecidas à pesquisa. Na entrevista qualitativa, não se buscam estatísticas de um fenômeno, mas sim compreender como este fenômeno é percebido por aqueles que ele afeta.

Na abordagem do entrevistado, optamos por utilizar o modelo de entrevista semi-aberta, onde se utiliza um roteiro de perguntas já definido pelo pesquisador com base em seu problema de pesquisa. A escolha do entrevistado foi intencional, já que o mesmo possui ligação direta com o objeto de pesquisa aqui investigado. A entrevista foi realizada pelo aplicativo de celular Whatsapp, através de conversa em áudio, devido às limitações de distância e ao fato de o repórter não se apresentar publicamente. O roteiro de perguntas pode ser conferido no Anexo B desta pesquisa.

A partir de uma análise prévia dos elementos contidos na reportagem “Máfia das Próteses” e do estabelecimento das cinco categorias para construção do roteiro de perguntas, optamos por usar as mesmas na análise de conteúdo. Duarte (2012) define as categorias como “estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados” (DUARTE, 2012, p.79). As categorias foram estabelecidas para nos guiarmos durante a análise, assim como para facilitar a compreensão do leitor frente aos temas propostos aqui.

## 4.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A associação de nosso corpus de pesquisa, a narração da reportagem Máfia das Próteses somada a entrevista com o repórter Giovanni Grizotti, oferece-nos um conteúdo vasto para análise. Diante disso, utilizamos as categorias selecionadas para a construção da entrevista em profundidade como eixos temáticos de nosso estudo analítico. As cinco categorias foram estabelecidas diante do que a narrativa da reportagem televisiva Máfia das Próteses nos revela das características do jornalismo investigativo, somada ao referencial teórico sobre o tema.

A categoria Pauta aborda a chegada do tema à redação, visto que no jornalismo investigativo, com frequência, são denúncias anônimas, ou de pessoas que preferem não se identificar. Já a segunda categoria, Fontes, trata das escolhas do repórter quanto a construção

de sua rede de informação, incluindo a importância dada às fontes não identificadas. Na terceira categoria, Câmera Oculta e Disfarce, mostramos como o repórter utiliza desses artifícios para conseguir a confissão da denúncia. A quarta categoria, Exposição e Função Social, discute como o repórter investigativo expõe-se a determinadas seguranças que colocam em risco sua integridade. Por fim, na quinta categoria, Papel Social, refletimos sobre como a reportagem *Máfia das Próteses* e o trabalho de Giovani Grizotti respondem à função social do jornalismo.

Diante destas categorias, selecionamos unidades de registro do primeiro texto (T01 - reportagem *Máfia das Próteses*) e do segundo texto (T02 - entrevista com Giovani Grizotti), e classificamo-las de acordo com o tema das mesmas. As categorias e unidades de registro foram selecionadas a partir do estudo teórico prévio sobre jornalismo investigativo, assim como a partir do conteúdo oferecido pelo nosso corpus de pesquisa. Nesta pesquisa, as unidades de registro são formadas por frases retiradas do T01 e do T02, e carregam, além das expressões que interessam à análise, o contexto para que possam ser compreendidas.

## 5 ANÁLISE

Com base nas cinco categorias estabelecidas a partir da análise da reportagem, sejam elas Pauta, Fontes, Câmera Oculta e Disfarce, Exposição e Segurança e Função Social, dedicamos este capítulo à compreensão de como estas marcas aparecem na reportagem televisiva *Máfia das Próteses*, assim como a entender como o repórter Giovani Grizotti as explica dentro de seu processo de produção. As categorias correspondem a chegada da pauta na redação, a escolha de fontes e uso de fontes não identificadas, ao uso de artifícios para conseguir a informação, a exposição do repórter a situações que colocam em risco sua integridade e, por fim, ao cumprimento do papel social do jornalismo com esta reportagem.

### 5.1 IDENTIFICANDO A REPORTAGEM INVESTIGATIVA

A escolha de nosso referencial teórico nos permitiu identificar características que marcam o jornalismo investigativo. Embora a premissa que todo o jornalismo é, necessariamente, investigativo seja bem difundida entre os profissionais da área, os autores reforçam a noção de que o gênero de investigação exige maior apuração, investimento de tempo e dinheiro e cumpre uma função na sociedade diferente do jornalismo tradicional diário. As pautas investigativas demandam do jornalista um grande esforço em completar todas as lacunas pendentes de um tema, assim como devem chegar ao receptor de forma completa, onde entende-se que, para este, a notícia dada é esclarecedora em sua totalidade, e os desdobramentos que partem dela são resultados de sua veiculação que provoca o poder público a tomar providências.

Assim, aplicamos a metodologia da análise de conteúdo sobre a reportagem televisiva *Máfia das Próteses* com o intuito de identificarmos na mesma as marcas que a caracterizam como uma reportagem de investigação original, tal como define Kovach e Rosenstiel (2004), sendo aquela que implica a investigação dos próprios repórteres, e o uso de táticas próximas ao trabalho policial, como a pesquisa exaustiva de informações no campo, a pesquisa em arquivos públicos e a utilização do trabalho sob disfarce e o uso de gravações escondidas.

O anúncio da exibição da reportagem, feita pelos âncoras do programa *Fantástico*, Poliana Abritta e Tadeu Schimidt, já revela a primeira característica do jornalismo investigativo: sua função social. Poliana anuncia “Nossa reportagem especial de hoje é uma denúncia muito importante na área da saúde”. Tadeu segue explicando o tema da reportagem, e o define como “esses golpes milionários dados pela máfia das próteses”. A reportagem inicia, e, também narrada pelos jornalistas Poliana e Tadeu, traz outra declaração que elucida o papel social que cabe ao jornalismo investigativo. Poliana diz “O *Fantástico* investigou, durante três

meses, um esquema que transforma a saúde do país em um balcão de negócios”. A afirmativa evidencia que coube ao Fantástico investigar um crime que, logo após, é definido como “ um esquema que transforma a saúde do país em um balcão de negócios” e “uma indústria de liminares que explora o sofrimento de pacientes, desvia o dinheiro do SUS e encarece os planos de saúde”

Estando claro o protagonismo do jornalismo em agir a favor do interesse público, podemos apontar a característica do uso, indispensável, das fontes que colaboram na comprovação do que é dito. Independente do gênero jornalístico, a fonte de informação é protegida pela lei que estabelece que sua identidade pode ser mantida em sigilo caso seja sua escolha. No jornalismo investigativo, por a pauta ser fruto de denúncia de fontes, estas aparecem, normalmente, protegidas por distorção de sua imagem e voz. Na reportagem em questão, elas são referidas como “essa mulher” ou apenas como “fiscal de cirurgia”, oferecendo apenas a informação necessária para que o telespectador compreenda sua relação com o tema geral. No entanto, embora de grande importância, as fontes protegidas não podem ser o alicerce da matéria. Assim, o repórter recorre a especialistas de áreas relacionadas, advogados e desembargadores envolvidos na investigação de processos em tramitação no Ministério Público, além dos próprios documentos públicos que tratam das fraudes. Também, ele apresenta as vítimas que sofrem com o esquema, deixando claro como ela foi afetada, como fica evidente nesta passagem “Dona Wilma, que tem 76 anos, pode ter sido vítima de uma indústria de liminares para realizar cirurgias às vezes desnecessárias. Ela mal consegue caminhar por causa de um problema na coluna. Também sofre de depressão”. Por fim, também são fontes de informação os vendedores das próteses, gravados oferecendo comissões irregulares.

Para conseguir o acesso às declarações onde vendedores e médicos combinam o lucro de cada um, o repórter infiltrou-se em congressos de medicina e odontologia, utilizou o disfarce de médico e câmera oculta. Os artifícios foram anunciados na reportagem através das falas “O repórter Giovanni Grizotti viajou por cinco estados e se passou por médico para flagrar as negociatas” e “O repórter se apresentou como diretor de um hospital público que queria comprar material”. Em alguns casos, após gravar, de forma escondida, a confissão do envolvido, o repórter apresentava-se como jornalista da Rede Globo, e tentava entrevistar a fonte. Isto fica claro na passagem “**Repórter:** Você disse que o Fantástico vai dar matéria sobre isso? Nós somos do Fantástico. O que você tem a dizer? Você paga propina para médico? ”.

Após identificarmos essas características que marcam a reportagem investigativa, e que estão presentes na reportagem Máfia das Próteses, deixando claro tratar-se de uma reportagem investigativa original, foi possível estabelecermos categorias que nos guiaram na formulação

do roteiro de perguntas feitos ao repórter Giovani Grizotti, com o intuito de compreender como ele justifica seu processo de produção, considerando as características do jornalismo investigativo e os fundamentos éticos e deontológicos da profissão. As cinco categorias estabelecidas foram: Pauta, Fontes, Câmera Oculta e Disfarce, Exposição e Segurança, e Papel Social.

## 5.2 COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE REPÓRTER E SEU PRODUTO

### 5.2.1 Pauta

Estabelecemos como primeira categoria de análise a chegada da pauta à redação, considerando que há diversas formas de um jornalista tomar conhecimento de um tema, seja através de agências de notícia, de observação do próprio repórter ou sugestão de um cidadão. Ao reduzir a abrangência das pautas e considerar apenas aquelas que pertencem ao jornalismo investigativo, as opções de chegada também ficam restritas. O repórter pode receber uma denúncia anônima e pouco detalhada, onde cabe a ele prosseguir com a investigação e assumir o risco de não haver veracidade na denúncia. Também, pode ocupar-se da análise de processos judiciais em andamento, e, a partir dos documentos, publicizar uma investigação existente ou analisá-la e tomá-la como base para realizar uma investigação a parte. Quando falamos de investigação própria do repórter, enfrentamos a dificuldade em convencer os editores a investir tempo e dinheiro em algo incerto. Já quando se trabalha com investigações em andamento, são duas problemáticas diferentes: a primeira está na confusão que se faz entre jornalismo investigativo e jornalismo sobre investigação (KOVACH; ROSENSTIEL, 2005), e a segunda, novamente, se relacionam com os impedimentos temporais e financeiros em se investir em uma produção complexa e demorada.

Após analisar o conteúdo da reportagem *Máfia das Próteses* e conciliá-lo com nosso aporte teórico, podemos afirmar que o conteúdo se insere dentro das características apontadas pelos teóricos que definem o jornalismo investigativo, onde o repórter produziu sua linha de investigação. O anúncio do tema da reportagem ocorre ainda no estúdio do Fantástico, na voz dos apresentadores Poliana Abritta e Tadeu Schimidt. Ao anunciar ser uma reportagem especial que envolve denúncia na área da saúde, Poliana e Tadeu continuam:

T01UR1. **Já imaginou** médicos que mandam fazer cirurgias de próteses sem necessidade, só para ganhar comissão sobre o preço desses implantes?

A expressão em destaque na T01UR1 - “já imaginou” - sugere que o que será exibido a seguir é algo de total desconhecimento do público, assim como um fato difícil de acreditar ser verídico. Também, a forma interrogativa da frase colabora no sentido apontado para a expressão em destaque, visto que questiona o telespectador e o conduz a uma resposta negativa, fazendo com que ele fique em frente à televisão para que descubra aquilo que ainda desconhece. Destacamos que a expressão é um apelo à audiência do receptor.

Quanto a forma de investigação, ponto principal para identificarmos uma reportagem investigativa, os apresentadores do Fantástico afirmam ser uma iniciativa de investigação do próprio repórter, o que fica claro na sequência abaixo:

T01UR2. O que você vai ver agora é um retrato escandaloso do que acontece dentro de alguns consultórios e hospitais do Brasil. **O Fantástico investigou**, durante três meses, um esquema que transforma a saúde do país em um balcão de negócios.

A expressão em destaque - “O Fantástico investigou” - nos sugere que o trabalho partiu de uma denúncia e coube ao repórter reunir todo o material para comprová-la. Em entrevista, o repórter Giovani Griozitti corroborou a informação, explicando como a pauta chegou à redação

T02UR15. Inicialmente, um médico entrou em contato comigo querendo denunciar, mas depois desistiu. E aí, a própria redação do fantástico no Rio recebeu uma denúncia e me chamou para a gente se reunir com os denunciante.

A afirmativa reforça a noção de poder social do jornalismo, defendida no primeiro capítulo desta pesquisa por teóricos como Moretzsohn (2003), Sartor (2016) e Traquina (2005). Os jornalistas são procurados pela crença da população em seu papel de investigador e denunciante, o que instigaria a tomada de providência pelos outros três poderes. Outro ponto importante de se destacar é o fato de a realização da reportagem só ter sido possível devido a denúncia ter chegado duas vezes à redação, o que acaba por revelar uma das fragilidades em se produzir jornalismo investigativo: a instabilidade das fontes. A desistência em denunciar por parte do médico exclui o argumento que poderia embasar a validade de se produzir tal investigação. Foi necessário que uma segunda denúncia chegasse à emissora, corroborando o tema da primeira, para que fosse possível produzir a matéria.

Quanto ao caminho de sua investigação, Grizotti afirmou não haver investigações sobre o tema.



T02UR17. Na verdade, foi uma investigação totalmente própria. Não havia nenhum parâmetro ou investigação realizada nesse tema.

No entanto, a narração da reportagem revela que processos e documentos foram consultados para construção do panorama total apresentado ao telespectador, o que fica claro nas suas sequências destacadas abaixo

T01UR9. **Um esquema do mesmo tipo**, com comissões e orçamentos falsos, também alimentou uma fraude de pelo menos R\$ 7 milhões no plano de saúde dos Correios no Rio de Janeiro.

T01UR12. **O Fantástico examinou em detalhes o processo judicial**. O advogado apresentou à Justiça três orçamentos de médicos para que os desembargadores escolhessem o de menor valor, que é o do ortopedista Fernando Sanchis. Pedimos a um perito para examinar os papéis.

A primeira sequência menciona um esquema de fraude em planos de saúde dos Correios do Rio de Janeiro, esquema semelhante ao que o Fantástico investigou. Embora o foco da reportagem seja outro, a utilização do delator relacionado aos Correios é uma fonte de informação, assim como os processos judiciais já investigados no Rio Grande do Sul, que são diretamente ligados à investigação de Grizotti. Assim, conclui-se que a pauta chegou através de denúncia de cidadão à Rede Globo, e, além de a investigação ter sido de iniciativa do programa dominical, e que o repórter envolvido tenha traçado seu caminho de produção, foram utilizadas fontes documentais de processos já existentes. A reportagem mescla, segundo a especificação de Kovach e Rosenstiel (2005), os tipos matéria de investigação original com o tipo matéria sobre investigação.

### 5.2.2 Fontes

Estabelecemos como segunda categoria de análise as fontes utilizadas na matéria, considerando estas de valor fundamental para a construção de um material bem fundamentado a ser apresentado ao telespectador. Na análise, foi possível identificar vinte e seis fontes primárias ouvidas, além das fontes secundárias, como os documentos dos processos judiciais. Na tabela abaixo (Tabela 1), classificamos as fontes primárias de acordo com a estética da filmagem, anônima ou identificada, e de acordo com a especificação que elas recebem, como a ligação com o tema da reportagem no caso das fontes anônimas, e a nomeação no caso das fontes identificadas.

Tabela 1: Fontes da Máfia das Próteses

| IMAGEM       | NÚMERO | ESPECIFICAÇÃO                        |
|--------------|--------|--------------------------------------|
| Anônima      | 3      | 3 especificadas                      |
| Identificada | 23     | 8 fontes não nomeadas<br>15 nomeadas |

Fonte: da autora

Quando falamos da estética da filmagem, referenciamos àquelas fontes que têm seu depoimento gravado como exemplificado na Figura 1.



Figura 1: gravação da fonte anônima  
Fonte: Reportagem Máfia das Próteses

Entre as três fontes que optaram por não se identificar, uma é apresentada, primeiramente, sem referência quanto a sua ligação com o assunto. Após 3 minutos da apresentação de outras informações, a fonte é referenciada novamente, agora com referência a sua ligação. Só é possível identificar se tratar da mesma fonte apresentada anteriormente devido ao cenário de gravação, considerando que seu rosto ou seu nome não são relevados. As fontes são referenciadas através das expressões “essa mulher” e “Médicos, como este”, como destacado na sequência abaixo.

T01UR5. **Essa mulher** era responsável pela contabilidade de uma grande clínica em São Paulo. “Aquilo ali parecia uma quadrilha. Uma quadrilha agindo e lesando a população. É uma quadrilha. Um exemplo que eu tenho aqui: R\$ 260 mil de cirurgia, R\$ 80 mil para a conta do médico. Aqui a gente tem uma empresa pagando R\$ 590 mil de comissão para o médico no período aqui de seis meses”, conta ela.

T01UR10. É tanta desfaçatez que surgiu uma nova especialidade em alguns hospitais: os fiscais de cirurgia. **Médicos, como este**, contratados por planos de saúde para vigiar as operações mais caras.

Embora a lei proteja a não identificação da fonte para preservar sua segurança, o uso da mesma como testemunho pode ser frágil. A alteração da imagem e da voz possibilitam que qualquer cidadão possa ser utilizado, proferindo discurso condizente com o interesse do repórter. A preocupação com este fato é refletida na voz dos entrevistados por Sequeira (2005), que apontam a necessidade de cautela no uso de fontes anônimas. No caso da reportagem *Máfia das Próteses*, as fontes anônimas ilustram o cenário apresentado pelo repórter, sendo a fundamentação básica do argumento da existência das negociatas feita através das gravações escondidas com os vendedores de próteses. Também, a utilização de especialistas e documentos judiciais fortalecem as informações da denúncia feita.

Entre as fontes identificadas com a imagem, oito delas não possuem seus nomes revelados, já que são gravadas por câmera escondida. As outras quinze são nomeadas, e ocupam a posição de vítima (quatro), representante da Associação de Planos de Saúde, um delator, médico (três), presidente do hospital Albert Einstein, perito, procuradora do governo do Rio Grande do Sul, desembargador, presidente do fórum de defesa ao consumidor e o presidente do conselho de medicina. As fontes são fundamentais para dar base legítima para a investigação apresentada, tendo em vista que possuem legitimidade sobre o assunto e são, em sua maioria, oficiais.

Além disso, para que o jornalismo cumpra seu papel de interesse social, é preciso que se mostre como os esquemas afetam efetivamente a sociedade. Assim, Grizotti apresenta quatro testemunhas prejudicadas pela *Máfia das Próteses*, como fica claro na sequência a seguir.

T01UR11. Dona Wilma, que tem 76 anos, pode ter sido vítima de uma indústria de liminares para realizar cirurgias às vezes desnecessárias. Ela mal consegue caminhar por causa de um problema na coluna. Também sofre de depressão.

Grizotti explica que como chegou até algumas de suas fontes.

T02UR16. Em relação às testemunhas foi investigação, consegui localizar no Rio Grande do Sul uma ex vendedora de próteses, que relatou os esquemas de propina que existiam entre a empresa da qual ela era vendedora e os médicos, e por coincidência recebi um e-mail de uma outra pessoa, de São Paulo, naquele mesmo período, relatando que ela trabalhava em uma clínica e presenciava pagamento de propina entre os médicos da clínica e as empresas distribuidoras de próteses.

O depoimento do repórter reforça o papel de vigilante social do jornalismo, já que as emissoras são procuradas para denúncias, com esperança de elucidar esses casos. Além das fontes que Grizotti menciona, as outras que fazem parte efetivamente da denúncia foram

gravadas em congressos médicos e odontológicos, flagrados por câmera oculta negociando as comissões.

### 5.2.3 Câmera oculta e Disfarce

Em nossa terceira categoria de análise, propomos uma reflexão sobre os métodos jornalísticos de se conseguir uma informação, elucidados aqui pelo uso da câmera escondida e do disfarce do repórter. Ambos os artifícios são cada vez mais comuns nos meios de comunicação, e sugerem uma funcionalidade que vai além de mostrar o que está escondido: eles servem para espetacularizar a notícia.

Durante a reportagem, em vários momentos é esclarecido como o repórter conquistou aquela informação, como aparece nas sequências abaixo.

T01UR3. O repórter Giovanni Grizotti viajou por cinco estados e **se passou por médico** para flagrar as negociatas

T01UR7. É o caso da IOL, de São Paulo. **O repórter se apresentou como diretor de um hospital público** que queria comprar material. O gerente diz que dá para manipular a concorrência, para que a empresa vença.

Como fica claro na T01UR3, o disfarce de médico utilizado pelo repórter é justificado como meio para flagrar o esquema. Na sequência abaixo, se deduz o uso da câmera escondida.

T01UR6. **A conversa foi gravada** em um congresso voltado para dentistas e médicos especializados em cirurgias ortopédicas na face, em Campinas, interior de São Paulo. O gerente da empresa explica que a manobra evita problemas com a Receita Federal.

É através da relação entre a expressão “a conversa foi gravada”, somada à estética da filmagem (Figura 2), que compreendemos o uso deste artifício pelo repórter.



Figura 2: Gravação com câmera escondida  
Fonte: Reportagem Máfia das Próteses

Percebemos, através da Figura 2, a estética particular de uma filmagem feita por câmera oculta, desde o ângulo, com a conversa filmada de baixo, a baixa qualidade da filmagem e o efeito da imagem que não preenche a tela. Tudo isso é pensado como forma de atrair o olhar do telespectador, sugerindo que o repórter passou por determinada situação com a missão de levar a informação até ele. Nesse ponto, o jornalismo investigativo ganha maiores possibilidades quanto é televisionado, já que é possível mostrar como o repórter conseguiu a confirmação da denúncia, impactando o telespectador.

Em entrevista, Grizotti explicou como eles realizaram o disfarce.

T02UR18. A gente se infiltrou em congressos de medicina nos quais em me fiz passar por médico, com crachás de médico, credencial, cartão de visita, telefone celular exclusivo para receber telefonemas das empresas, e foi aí que consegui aquelas declarações das empresas oferecendo comissões a médicos em troca da indicação das próteses.

É importante lembrar que os jornalistas entrevistados por Sequeira (2005) são contra o uso de disfarce e de câmera oculta, considerando artifícios antiéticos. A ética, inclusive, permeia as discussões sobre os limites que o jornalista deve estabelecer na busca de uma informação. Os códigos de ética que regem a profissão argumentam que não se deve utilizar métodos desleais para obter informações, fotografias e documentos. Mas, a definição de que métodos são esses são de responsabilidade de cada repórter ou da emissora. Quanto a isso, os Princípios Editoriais do grupo Globo defendem que o uso de microcâmera ou gravadores escondidos é “legítimo se este for o único método capaz de registrar condutas ilícitas, criminosas ou contrárias ao interesse público” (GRUPO GLOBO, 2011, p.21). Quando questionado sobre o disfarce, Grizotti afirmou

T02UR19. Não creio que seja uma identidade falsa, foi uma maneira que a gente encontrou para obter todas aquelas confissões. É o direito que eu tenho em levar isso ao público, e o direito que a sociedade tem em ser informada é muito maior que um eventual direito que uma pessoa tem em não ser gravada sem autorização. Na verdade, [o direito] que um bandido tem em não ser gravado.

A função social do jornalismo é o argumento mais forte que um repórter pode proferir para justificar suas escolhas de produção, e o fato de, ocasionalmente, infringir as leis. Isso se dá devido a construção do papel do jornalismo durante os anos, onde ele assumiu a posição de poder na sociedade, responsável por denunciar o que afeta os cidadãos. Grizotti se baseia nesse papel para justificar o que, para ele, não é uma identidade falsa, mas sim uma maneira de obter

as confissões. Mas, o uso desses artifícios pode refletir exposição do repórter e espetacularização da notícia, além de exposição da fonte filmada sem seu consentimento.

#### 5.2.4 Exposição e Segurança

Por estar em contato com denúncia e diferentes interesses, o jornalista investigativo está, no momento de sua investigação, sujeito à diversas situações não planejadas. Infiltrar-se em ambientes onde sua presença não é anunciada pode resultar em desdobramentos não favoráveis, como aconteceu com o jornalista Tim Lopes em 2002. Também, realizar a investigação e, após, revelar sua identidade abre possibilidade de futuras represálias por aqueles prejudicados pela denúncia jornalística. Na reportagem *Máfia das Próteses*, como já explicado, o repórter Giovani Grizotti infiltra-se em congressos da área médica para flagrar o esquema de comissões na venda de próteses. No entanto, em dois momentos, o repórter, após gravar a confissão do vendedor, apresenta-se como profissional da Rede Globo.

T01UR8. Bruno Garisto: Vai ter bastante volume?

Fantástico (Grizotti): Vai ter. Te garanto.

Bruno Garisto: Se tiver bastante volume, dá pra chegar nuns 25.

Fantástico (Grizotti): 25?

Bruno Garisto: É.

Fantástico (Grizotti): **Vamos chegar ali então. Nós somos do Fantástico e o senhor admitiu a prática de vários crimes.**

Bruno Garisto: Olha, né... Brasil, né... todo mundo pega essa situação de querer alguma coisa no que produz. Então, isso o Brasil inteiro está assim.

No trecho em destaque, Grizotti apresenta-se e tenta entrevistar o vendedor Bruno Garisto, que em imagem anterior havia confirmado a venda de próteses em troca de comissões para o suposto médico interessado. No momento em que Grizotti revela sua identidade, há uma alteração na relação entre o repórter, antes infiltrado, e a fonte que confessa um crime. Se antes a identidade do repórter estava protegida por seu disfarce, com sua apresentação, a lógica de segurança própria muda, principalmente se considerarmos os desdobramentos possíveis que esta matéria pode resultar. Grizotti explica o porquê de se apresentar à fonte, como podemos observar na sequência T02UR20.

T02UR20. Me apresento como repórter da Globo para exatamente pegar a contradição de um cara que, segundos antes, confessou um crime e depois diante da câmera nega ou sai correndo.

Em um segundo momento, na última cena da reportagem, além de apresentar-se como repórter da Rede Globo, Grizotti corre atrás de sua fonte.

T01UR14. Vendedor: Porque vai estourar tudo. Porque a gente já sabe que a questão da Receita Federal e a Polícia Federal em cima. Ontem a gente teve informação que provavelmente em meados de janeiro o Fantástico faça uma reportagem com duas especialidades mostrando como funciona esse mercado.

Fantástico (Grizotti): Vamos ali, que o meu colega está aguardando ali.

O repórter Giovanni Grizotti se apresenta.

Fantástico (Grizotti): **Você disse que o Fantástico vai dar matéria sobre isso? Nós somos do Fantástico. O que você tem a dizer? Você paga propina para médico?**

Vendedor: Não eu, não. Jamais.

E quando o vendedor é informado que vai aparecer na reportagem, decide correr, desesperadamente.

Fantástico (Grizotti): Você maquia pagamento de propina na forma de contrato de consultoria? **Por que você está correndo?** A gente só quer uma explicação sua, por gentileza.

Destacamos duas percepções da escolha desta cena para encerrar a matéria. A primeira refere-se ao que foi explicado na sequência T02UR20, onde Grizotti busca a contradição do entrevistado. A segunda percepção é da espetacularização da notícia, onde a estética da câmera oculta é usada para mostrar o repórter correndo atrás do vendedor, como mostra a Figura 3.



Figura 3: exposição do repórter  
Fonte: reportagem Máfia das Próteses

A Figura 3 revela que havia um cinegrafista gravando o vendedor fugindo do repórter, e que suas imagens poderiam ser utilizadas. No entanto, optou-se por usar a gravação da câmera oculta justamente pela estética sedutora da imagem, como já apontado da Categoria 3 desta

análise. O momento, espetacular, é mostrado ao telespectador e sugere que o repórter está disposto as mais diversas situações para levar informação até ele.

No entanto, pouco se discute a segurança do repórter. Grizotti afirma na sequência T02UR21 que todas as medidas são tomadas. Ainda assim, há caso de repórteres ameaçados, sequestrados e, até mesmo, assassinados.

T02UR21. Não sei te responder, pois não me exponho a situações perigosas pois nós adotamos várias medidas de segurança antes, durante e depois da elaboração de uma reportagem como essa.

O que estas situações de exposição nos revelam é que a discussão sobre a segurança da reportagem e sobre as situações que o jornalista deve expor-se para conquistar determinada informação se mostra cada vez mais urgente e, ainda assim, recebe pouca atenção da categoria de jornalistas e da sociedade. A função social do jornalismo não pode ser argumento para a exposição às situações perigosas do mesmo.

### 5.2.5 Função Social

Por fim, dedicamos a quinta categoria para analisar o argumento que justifica a investigação jornalística: a função social do jornalismo. Historicamente, o jornalismo se constitui como um poder fiscalizador dos outros três poderes da sociedade, e que, por vezes, assume o lugar desses poderes (SARTOR, 2016). Uma das preocupações dos teóricos que discutem o papel do jornalismo investigativo é a constante confusão que se faz entre o trabalho da instituição jornalística e da policial, exemplificada tanto por quem a sociedade procura para fazer denúncias, quanto pelos meios para investigar.

Na reportagem *Máfia das Próteses*, a função social do jornalismo revela-se no constante apontamento dos prejuízos que o esquema traz para a sociedade, tal como fica claro nas sequências abaixo.

T01UR1. **Já imaginou** médicos que mandam fazer cirurgias de próteses sem necessidade, só para ganhar comissão sobre o preço desses implantes?

T01SD2. O que você vai ver agora é **um retrato escandaloso do que acontece dentro de alguns consultórios e hospitais do Brasil**. O Fantástico investigou, durante três meses, **um esquema que transforma a saúde do país em um balcão de negócios**.

T01SD4. O esquema usa documentos falsos para enganar a Justiça. Uma indústria de liminares **que explora o sofrimento de pacientes**, desvia o dinheiro do SUS e encarece os planos de saúde.



A primeira expressão em destaque - “já imaginou” - revela certa incredulidade do repórter diante do tema que o mesmo apresenta. A expressão colabora em suscitar ao telespectador o mesmo sentimento, e este aguarda pela abordagem de um assunto difícil de acreditar. O sentimento oferecido ao telespectador é reforçado pelas três outras expressões em destaque, que são “um retrato escandaloso do que acontece dentro de alguns consultórios e hospitais do Brasil”, “um esquema que transforma a saúde do país em um balcão de negócios” e “que explora o sofrimento de pacientes, desvia o dinheiro do SUS e encarece os planos de saúde”. Essas três frases buscam deixar claro como o telespectador pode ser prejudicado.

Caso os efeitos negativos do que é investigado não tenham sido o suficiente para o esclarecimento do telespectador, o repórter traz exemplos de cidadãos prejudicados, como os apresentados abaixo.

T01UR11. Dona Wilma, que tem 76 anos, pode ter sido vítima de uma indústria de liminares para realizar cirurgias às vezes desnecessárias. Ela mal consegue caminhar por causa de um problema na coluna. Também sofre de depressão.

T01UR13. Veja um exemplo real de como essa fraude pode ser lucrativa. Seu João Francisco, de Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul, também foi usado no esquema. Ele é usuário do plano de saúde dos servidores do Governo Federal.

A importância de apresentar os exemplos das sequências T01UR11 e T01UR13 está em sugerir ao telespectador que, assim como afetou Dona Wilma e o Seu João, o esquema também pode afetá-lo, e é por isso, que o jornalismo está investigando, para evitar que mais pessoas sejam prejudicadas. Aqui expomos o exemplo máximo de como o jornalista busca, dentro de sua matéria, justificar a importância social de seu trabalho.

Quando questionado quanto a produção de sua reportagem e o uso de artifícios para gravar a confissão dos vendedores, Grizotti justifica que seu trabalho é feito com base no direito de informação da sociedade.

T02UR19. Não creio que seja uma identidade falsa, foi uma maneira que a gente encontrou para obter todas aquelas confissões. É o direito que eu tenho em levar isso ao público, e o direito que a sociedade tem em ser informada é muito maior que um eventual direito que uma pessoa tem em não ser gravada sem autorização. Na verdade, [o direito] que um bandido tem em não ser gravado.

É contraditório o argumento do jornalista na defesa da utilização de certos meios pelo direito da sociedade ser informada, enquanto se suprime o direito do outro. Os códigos de ética que regulamentam a profissão são claros na questão do respeito ao direito de privacidade do cidadão. Mas, o que se percebe, é um desrespeito a este princípio, mascarado no interesse social.

A sequência T02UR19 é um exemplo da urgência em se discutir os limites profissionais da atuação do jornalista.

Por fim, pedimos uma autorreflexão de Grizotti quanto ao seu trabalho, questionando se cumpre a função social destinada ao jornalismo.

T02SD22. Na minha opinião cumpre, porque na verdade ele ganhou essa dimensão hoje no país porque as repartições públicas e órgãos públicos não cumprem seu papel. Então, as pessoas recorrem aos jornalistas para tentar corrigir uma injustiça ou solucionar seus problemas.

Aqui, fica claro o descrédito que as instituições sociais conquistaram durante os anos, principalmente pela falta de fiscalização ou de respostas judiciais efetivas à crimes que acometem a sociedade. A procura da sociedade pelo jornalismo como possibilidade de denunciar, somado a gradual expansão da responsabilidade do jornalismo na sociedade, e ainda à busca cada vez maior pela audiência refletem um jornalismo investigativo cada vez mais apelativo em seus meios de conquistar informação e de apresentá-las ao público, assim como uma profissão que justifica a exposição do profissional por seu papel social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia desta pesquisa partiu do pressuposto inicial de que foi destinado socialmente para o jornalismo, e por consequência para seus profissionais, o atributo de ser o contra-poder da sociedade, onde caberia à instituição representar os interesses sociais e defendê-los. Assim, os jornalistas receberiam a missão de investigar e trazer à tona aquilo que traz prejuízo aos cidadãos, no entanto, sem que se fizesse uma discussão moral e ética sobre os limites desta ação. Com isso, buscamos um exemplo onde ficou evidente que o jornalismo assume este papel, trazendo para discussão o recorte da reportagem televisiva *Máfia das Próteses*. Por conseguinte, preocupamo-nos em dar atenção para o que o profissional pensa sobre o papel que ele assume nesta lógica. Problematizamos, então, como o repórter investigativo *Giovani Grizotti* justifica seu processo de produção da reportagem *Máfia das Próteses*, considerando as características do jornalismo investigativo e os aspectos deontológicos da profissão.

Para responder nosso problema, estabelecemos como objetivos identificar e analisar as marcas no discurso do repórter que justificam suas escolhas de métodos de apuração, alcançando-o através da verificação de marcas do processo de produção na narrativa da reportagem para que reconheça-a como jornalismo investigativo, destacando os fundamentos éticos do Jornalismo, conforme apresentados pela literatura especializada e manuais da profissão e, por fim, mapeando na narrativa da reportagem e na fala do entrevistado, *Giovani Grizotti*, como o mesmo justifica as escolhas de apuração que resultam no produto final. No entanto, apenas foi possível alcançar tais objetivos através do aporte teórico e metodológico utilizado nesta pesquisa.

Percebemos, logo no primeiro capítulo, a necessidade de definirmos o contexto em que o jornalismo foi criado e no qual ele se estabeleceu como instituição, como a busca pela verdade, a defesa do interesse público e sua função social. Também, foi necessário abordar os princípios éticos que definem permissões e limites para a atuação profissional, tanto nacional, quanto internacionalmente. Como o corpus de nossa pesquisa se relaciona com o meio televisivo, e diante da premissa que cada meio condiciona a forma como o jornalista produz e como o receptor o conteúdo, abordamos, no segundo capítulo, a legislação em torno dos canais públicos de televisão no Brasil, assim como aspectos narrativos e emocionais trazidos como possibilidade pela televisão. Por fim, adentramos nas especificidades do jornalismo investigativo, tratando de aspectos como pauta, fontes e a utilização de técnicas para investigação.

O aporte teórico permitiu que chegássemos, com fôlego, a metodologia deste trabalho, onde através da análise de conteúdo foi possível identificar as marcas que caracterizam a matéria Máfia das Próteses como jornalismo investigativo, o que nos ajudou no estabelecimento de categorias que nortearam nossa entrevista em profundidade com o repórter. A partir destas mesmas categorias, selecionamos unidades de registro presentes no texto número um, a reportagem televisiva, e no texto número dois, a entrevista com o repórter, e as classificamos de acordo com a temática de cada categoria. Utilizando novamente a análise de conteúdo, foi possível identificar e compreender como o repórter Giovani Grizotti justifica seu processo de produção, incluindo suas percepções sobre os preceitos éticos e de segurança própria.

A partir da análise, foi possível identificar que a investigação partiu de uma denúncia que chegou tanto ao repórter Giovani Grizotti, quanto à redação da Rede Globo. A partir do depoimento dos denunciantes, o repórter construiu sua própria investigação. No entanto, embora ele afirme ter sido uma investigação totalmente própria e sem antecedentes, já havia processos judiciais em andamento, os quais ele utiliza como fonte na reportagem. A procura pelo Fantástico para a denúncia nos revela a confiança que a sociedade tem na capacidade da exposição midiática de uma situação trazer soluções, o que se comprova pelas Comissões Parlamentar de Inquérito formadas nas Câmaras de Deputados, e as investigações do Ministério Público. No entanto, também indica que a sociedade atribui ao jornalismo uma função que deveria caber à outras instituições sociais, como a polícia e a justiça.

Quanto às fontes, foi possível observar que, embora haja a utilização de fontes testemunhais não identificadas, o repórter constrói uma rede de especialistas, documentos judiciais e de fontes que confessam o esquema de desvio de dinheiro. A importância de se ressaltar as fontes identificadas, em contraposição às protegidas por efeitos de som e imagem, está na credibilidade que essas oferecem, tendo em vista que há a comprovação visual de quem está dando a informação. As fontes não identificadas, o que é protegido pela legislação, devem ser utilizadas como exemplos que fortalecem a linha investigativa, e não a prova principal da mesma.

Quanto à utilização de artifícios durante a investigação, como a câmera oculta e a identidade falsa, nosso aporte teórico aponta que estes devem ser a última alternativa a se recorrer. Durante a reportagem, é citado que o repórter se passou por médico, o que Grizotti confirma ao relatar ter usado crachás, cartões de visita e telefones falsos. Questionamos a real necessidade do repórter transgredir a lei para gravar a denúncia, colocando-se em risco em nome da informação. Já quanto à câmera oculta, notamos um uso excessivo da mesma, evidenciado principalmente pela última cena da reportagem, onde, mesmo havendo a gravação

de um cinegrafista, se mantém a estética da câmera. Argumentamos que há uma certa espetacularização da investigação ao se usar a câmera oculta, considerando que os efeitos estéticos da mesma oferecem ao receptor uma ideia de investigação ficcional, que é inflado pela televisão. Além do mais, o uso de ambos artifícios também fere a ética da profissão, quando não se respeita o direito à privacidade de uma pessoa, e a legislação, quando se identifica como outra pessoa, utilizando documentais legais falsos.

A espetacularização também foi percebida quando o repórter, após gravar a confissão se passando por médico, se apresenta ao vendedor como repórter da Rede Globo e, em uma oportunidade, corre atrás do mesmo. As cenas são justificadas por Grizotti como uma forma de documentar a contradição de alguém que confessou e, na frente da câmera, nega a informação anterior. No entanto, as confissões já gravadas com câmera oculta seriam suficientes para a investigação.

Finalizamos a análise apontando como o repórter avalia a função social que seu trabalho cumpre. Através do uso de exemplos de cidadãos afetados pelo esquema, Grizotti busca legitimar o valor de sua investigação, comprovando como ela prejudica realmente a sociedade. Além disso, Grizotti justifica o uso dos artifícios - câmera oculta e disfarce - com o argumento que o direito da sociedade à informação é maior que o direito de um investigado de não ser filmado ou enganado. Grizotti declara que, corroborando com nosso pressuposto da fragilidade dos poderes sociais, os órgãos públicos não cumprem seu papel e isso leva a procura pelos jornalistas para resolver uma injustiça,

Finalizada a análise, concluímos, primeiramente, que as informações trazidas pela entrevista com o repórter foram de grande riqueza para este trabalho, tendo em vista que o mesmo ficaria incompleto com foco apenas no produto finalizado e veiculado. Ao dar atenção ao que o repórter pensa sobre seu trabalho abrimos novas possibilidades de refletirmos sobre o trabalho jornalístico investigativo, desapegando-nos apenas do que o trabalho finalizado tende a nos passar.

Sobre o papel que o jornalismo investigativo assume socialmente, destacamos que, embora ainda não seja um gênero comum ao jornalismo brasileiro, considerando principalmente o alto custo e o tempo dedicado à investigação, os resultados e benefícios para a sociedade são evidentes. Seja por levar à população informações sobre o que pode afetá-la, e assim atuar como meio de prevenção, o trabalho do jornalismo investigativo provoca mudanças reais, como a criação das Comissões Parlamentares de Investigação. Mais de um ano após a veiculação da reportagem, as investigações oficiais, como da Polícia Civil e Ministério Público, ainda estão em andamento e apresentam resultados, como a nomeação e detenção de culpados.

Também, precisamos destacar o papel da Rede Globo no jornalismo nacional. A emissora, como uma concessão pública, possui deveres com a sociedade. Entre eles, deve respeitar o interesse público e veicular conteúdos educativos e jornalísticos em defesa da sociedade. Embora seja evidente que a função não é completamente cumprida, há produtos veiculados que, mesmo vinculados à lógica do que vende mais, ele responde a função social clássica do jornalismo, evidenciando esquemas que prejudicam a sociedade.

A presente pesquisa serviu para tensionarmos, principalmente, o papel do jornalista nas reportagens investigativas, com foco no que diz respeito a sua integridade física. A discussão sobre o jornalismo investigativo, seus métodos, e concessões do repórter se mostram necessárias e urgentes, tendo em vista que são poucas as problematizações acerca da exposição do repórter a determinadas situações para conquistar a informação. Os códigos de ética que regem a profissão dispõem sobre as permissões e limites da atuação profissional, no entanto não há um órgão fiscalizador e de proteção aos jornalistas, já que os sindicatos possuem fraca atuação no Brasil. O papel de contra-poder do jornalismo e a defesa do interesse público não podem justificar o uso de meios ilegais de conquistar a informação, tampouco a exposição que arrisca a segurança do repórter.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leonel Azevedo. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. *ALCEU*, v.7, n.13, p. 73 a 84, jul./dez. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, Alexandre; *et al.* **Reportagem na tv: como fazer, como produzir, como editar.** São Paulo: Contexto, 2010.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Disponível em <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros-1.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf)> Acesso em: 10 de out de 2016.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CURADO, Olga. **A notícia na tv: o dia-a-dia de quem faz Telejornalismo.** São Paulo: Alegro, 2002.

DECLARAÇÃO DE MUNIQUE. Disponível em <<http://www.jornalistas.eu/?n=8445>> Acesso em: 10 de out de 2016.

DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS PARA A CONDUTA. Disponível em: <<http://www.jornalistas.eu/?n=8446>> Acesso em: 10 de out de 2016.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2012. p. 62-83  
FILHO, Laurindo. A tv pública. In: BUCCI, Eugênio (Org). **A tv aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FLOHERTY, John. **História da televisão.** Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

FONSECA JUNIOR, Wilson. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2012. p.280-303  
FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo.** São Paulo: Contexto, 2005.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente.** Aracaju: Editora UFS, 2005.

GADRET, Débora. **A emoção na reportagem de televisão: As qualidades estéticas e a organização do enquadramento.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. 189p. . Tese (Doutorado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GROULX, Lionel. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean; *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2012.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

HUNTER, Mark Lee et al. **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos.** [S.l.]: Unesco, 2013.

INTERVOZES. **Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil - como combater as ilegalidades no rádio e na tv.** São Paulo: Intervezes, 2015.

KARAM, Francisco José. **A ética jornalística e o interesse público.** São Paulo: Summus, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo.** Porto: Porto Editora, 2004.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEAL, Bruno. Telejornalismo e autenticação do real: estratégias, espaços e acontecimentos. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Brasília, v.11, n.2, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/323/282>> Acesso em: 10 de out de 2016.

LOPES, Vera. A lei da selva. In: In: BUCCI, Eugênio (Org). **A tv aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LORÊDO, João. **Era uma vez a televisão.** São Paulo: Alegro, 2000.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

MORETZSOHN, Sylvia. Duas ou três coisas sobre o método. Observatório de imprensa. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/ed687-duas-ou-tres-coisas-sobre-o-metodo/>> Acesso em: 10 de out de 2016.

MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da "mídia cidadã". **Discursos Sediciosos:** Revista Instituto Carioca de Criminologia, Rio de Janeiro, Revan, n.12, p.291-317, 2003.

MORETZSOHN, Sylvia. O Repórter Infiltrado: Algumas Questões Éticas e Epistemológicas para a Prática do Jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35, 2008. Natal, RN. Anais... Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1598-1.pdf>> Acesso em 09 agosto 2016

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos.** Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007

PRINCÍPIOS ÉTICOS DA REDE GLOBO. Disponível em <<http://estatico.redeglobo.globo.com/2014/PRINCIPIOS-EDITORIAIS-DO-GRUPO-GLOBO.pdf>> Acesso em: 10 de out de 2016.



PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DA ÉTICA PROFISSIONAL NO JORNALISMO. Disponível em <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>> Acesso em: 10 de out de 2016.

SARTOR, Basílio Alberto. **A noção de interesse público no jornalismo**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 252p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Volume I. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ática, 1996.

ZELIZER, Barbie. Journalists as Interpretative Communities. **Critical Studies in Mass Communication**, vol. 10, n.3, setembro, p.219-237, 1993.

## ANEXO A – Transcrição da reportagem Máfia das Próteses

### **Máfia das próteses coloca vidas em risco com cirurgias desnecessárias**

Nossa reportagem especial de hoje é uma denúncia muito importante na área da saúde.

Já imaginou médicos que mandam fazer cirurgias de próteses sem necessidade, só para ganhar comissão sobre o preço desses implantes? Ou então gastar muito mais material do que o necessário, também para faturar um dinheiro por fora? Esses golpes milionários, dados pela máfia das próteses, são o tema da reportagem de Giovanni Grizotti, que você vai ver agora.

O que você vai ver agora é um retrato escandaloso do que acontece dentro de alguns consultórios e hospitais do Brasil. O Fantástico investigou, durante três meses, um esquema que transforma a saúde do país em um balcão de negócios.

O repórter Giovanni Grizotti viajou por cinco estados e se passou por médico para flagrar as negociatas. Empresas que vendem próteses oferecem dinheiro para que médicos usem os seus produtos.

### **Mercado de próteses movimenta anualmente R\$ 12 bilhões no Brasil**

“Normalmente o que eles utilizavam era aquela que vendia o material mais caro e que pagava a comissão maior”.

Até cirurgias desnecessárias eram feitas, só para ganhar mais.

“Sacolas de dinheiro não surgem do nada e não são dadas à toa”,

O esquema usa documentos falsos para enganar a Justiça. Uma indústria de liminares que explora o sofrimento de pacientes, desvia o dinheiro do SUS e encarece os planos de saúde.

“Esse mercado de prótese no Brasil, ele hoje tem uma organização mafiosa. É uma cadeia, onde você tem o distribuidor, você tem o fabricante que se omite e você tem na outra ponta o médico ou o agente que vai implantar a prótese”, conta Pedro Ramos, diretor da associação dos planos de saúde.

O mercado de próteses movimenta anualmente R\$ 12 bilhões no Brasil. Elas têm várias finalidades, desde simples parafusos para corrigir fraturas até peças complexas que substituem partes inteiras do corpo. As operações são caras.

“Ortopedia, neuro e cardiologia são os mais lucrativos”, revela uma testemunha.

Esta mulher conhece bem os bastidores das negociatas. Durante dez anos, ela trabalhou para quatro distribuidores no Rio Grande do Sul. Ela explica como são calculadas as comissões dos médicos.

“É feito um levantamento mensal em nome do médico. Quantas cirurgias foram feitas o uso do material tal, ‘x’. E ali a gente faz o levantamento. Em cima disso a gente tira o percentual dele”, conta a testemunha.

**Fantástico (Grizotti):** Quanto um médico chega a faturar?

**Testemunha:** De R\$ 5 mil a R\$ 50 mil, R\$ 60 mil, R\$ 100 mil.

### **Investigação começou no RJ durante um Congresso Internacional**

100 mil reais por mês. Nossa investigação começa no Rio de Janeiro, durante um Congresso Internacional de Ortopedia, onde os fabricantes expõem seus lançamentos. E alguns conquistam a confiança dos médicos não só pela qualidade, mas por outras vantagens.

“A gente consegue chegar a 20%”, diz um vendedor da Oscar Iskin.

“20%”, pergunta o repórter do Fantástico.

“É. É o que o senhor vai achar aí no mercado”, responde o vendedor.

Vinte por cento é a comissão que o médico recebe para indicar ao paciente a prótese vendida pela Oscar Iskin. E o pagamento é em dinheiro vivo.

**Fantástico (Grizotti):** Em dinheiro, espécie?

**Vendedor da Oscar Iskin:** É. Espécie.

As negociatas se repetem em outras empresas. O sócio da empresa Totalmedic, de São Paulo, oferece um pouco mais.

**Fantástico (Grizotti):** Mas é o quê? 20?

**Sócio da Totalmedic:** 30.

**Fantástico (Grizotti):** 30? Ó.

**Sócio da Totalmedic:** Eu prefiro deitar e dormir tranquilo.

Acompanhado do diretor, o vendedor da distribuidora Life X também faz a sua oferta.

**Fantástico (Grizotti):** Como é que vocês trabalham a questão comercial, assim, a relação com os médicos?

**Vendedor da Life X:** Olha, hoje a gente está com parceria em questão de 25%.

**Fantástico (Grizotti):** 25%.

**Vendedor da Life X:** A maioria das vezes é dinheiro, é espécie.

Veja um exemplo de quanto dinheiro um médico pode ganhar em comissões, Essa mulher era responsável pela contabilidade de uma grande clínica em São Paulo. “Aquilo ali parecia uma quadrilha. Uma quadrilha agindo e lesando a população. É uma quadrilha. Um exemplo que eu tenho aqui: R\$ 260 mil de cirurgia, R\$ 80 mil para a conta do médico. Aqui a gente tem uma empresa pagando R\$ 590 mil de comissão para o médico no período aqui de seis meses”, conta ela.

Para dar aparência de legalidade às comissões, muitas empresas pediam que os médicos assinassem contratos de consultoria.

“Onde o médico não presta consultoria alguma. Ele usa material, só isso”, diz a testemunha.

Esse é o método usado pela Orcimed, de São Paulo, para incluir, na declaração de renda da empresa, comissões de até 30% aos médicos.

**Fantástico (Grizotti):** Mas qual é o argumento para justificar a consultoria?

**Gerente da Orcimed:** Faz consultoria de produtos.

A conversa foi gravada em um congresso voltado para dentistas e médicos especializados em cirurgias ortopédicas na face, em Campinas, interior de São Paulo. O gerente da empresa explica que a manobra evita problemas com a Receita Federal.

**Gerente da Orcimed:** O governo não está nem aí para isso. Quer saber o seguinte: está pagando? Pagou o meu? ‘Pagou’. Está tudo bem.

**Fantástico:** Questão ética?

**Gerente da Orcimed:** Ética não interessa a ele. Não quer saber. Ele não discute ética. Discute grana. Pagou o meu? Pagou. Dane-se agora.

### **Fraudes em licitações**

Só no Sistema Único de Saúde, o SUS, são realizadas, por ano, 7 milhões de cirurgias que usam próteses. E algumas empresas oferecem meios de fraudar licitações de hospitais públicos.

É o caso da IOL, de São Paulo. O repórter se apresentou como diretor de um hospital público que queria comprar material. O gerente diz que dá para manipular a concorrência, para que a empresa vença. Para isso, basta exigir no edital alguma característica do implante que seja exclusiva da IOL. Nesse caso, é o diâmetro dos furos onde vão os parafusos que fixam as próteses.

**Gerente da IOL:** Geralmente o pessoal tem 10, 12, 14.

**Fantástico (Grizotti):** Aí, no caso, num edital?

**Gerente da IOL:** A gente coloca 13.

**Fantástico (Grizotti):** Como?

**Gerente da IOL:** Bota 13, 15... 11, 13,15.

**Fantástico (Grizotti):** No caso, tem algum acerto depois daí, alguma...

**Gerente da IOL:** Tem. É o edital, o volume do edital, como vai ser o preço do edital. A única coisa na vida que não dá para negociar é a morte.

A Brumed, de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, chegou a montar empresas de fachada em nome de funcionários para emitir orçamentos falsos.

**Bruno Garisto, dono da Brumed:** Uma está no nome do Rodrigo. Outra está no nome do Hugo.

**Fantástico (Grizotti):** Quem é o Rodrigo?

**Bruno Garisto:** Rodrigo é um de Manaus, funcionário meu que mexe com coluna.

**Fantástico (Grizotti):** E o Hugo?

**Bruno Garisto:** E o Hugo é o que mexe com ortopedia.

Em troca dos contratos, o dono da Brumed paga comissões de 25%.

**Bruno Garisto:** Vai ter bastante volume?

**Fantástico (Grizotti):** Vai ter. Te garanto.

**Bruno Garisto:** Se tiver bastante volume, dá pra chegar nuns 25.

**Fantástico (Grizotti):** 25?

**Bruno Garisto:** É.

**Fantástico (Grizotti):** Vamos chegar ali então. Nós somos do Fantástico e o senhor admitiu a prática de vários crimes.

**Bruno Garisto:** Olha, né... Brasil, né... todo mundo pega essa situação de querer alguma coisa no que produz. Então, isso o Brasil inteiro está assim.

**Fantástico (Grizotti):** O senhor admitiu fraude em licitação, falsidade ideológica, pagamento de comissões a médicos?

**Bruno Garisto:** Não.

**Fantástico (Grizotti):** Por que o senhor está negando algo que o senhor acabou de admitir?

**Bruno Garisto:** Olha, a gente não paga comissão. Entendeu?

**Fantástico (Grizotti):** O senhor nunca disse que repassa 25% de comissão?

**Bruno Garisto:** Não, nunca repasso.

#### **Fraude de R\$ 7 milhões no plano de saúde dos Correios no RJ**

Um esquema do mesmo tipo, com comissões e orçamentos falsos, também alimentou uma fraude de pelo menos R\$ 7 milhões no plano de saúde dos Correios no Rio de Janeiro.

Preste atenção no que vai dizer este homem. Flagrado pela Polícia Federal, João Maurício Gomes da Silva, ex-assessor da Diretoria Regional dos Correios fez um acordo de delação premiada e contou detalhes do golpe.

“Aquela empresa que, teoricamente, dizemos que era parceira, ela apresentava, já vinham com duas ou três orçamentos montados. Então sempre determinando quem estaria levando naquela determinada cirurgia, quem seria a beneficiada”, diz João Maurício Gomes da Silva, ex-assessor da diretoria regional dos Correios.

Ele mostra o exemplo de uma cirurgia de coluna que custou quase R\$ 1 milhão ao plano dos Correios.

“Bem paga, muito bem paga, num preço normal, de repente, a uns R\$ 180 mil, no máximo uns R\$ 200 mil.”, conta o ex-assessor da diretoria regional dos Correios.

Para justificar operações tão caras, os médicos cobravam por produtos que sequer eram usados.

“Ele multiplicava mil, duas mil vezes a necessidade dessa massa com a ideia de que conseguiria justificar isso tecnicamente que o organismo absorvia essa massa”, explica João Maurício Gomes da Silva.

A massa é como um cimento para firmar os parafusos que fixam as próteses.

#### **Representantes de empresa em SC dão detalhes sem constrangimento**

A artimanha de cobrar por material não utilizado é comum nesse mercado negro. Os representantes da empresa Strehl, de Balneário Camboriú, em Santa Catarina, dão detalhes sem constrangimento.

**Representante da Strehl:** No raio-X ou qualquer outra coisa, não aparece. Aí você pode inventar, entendeu? Usei seis.

**Fantástico (Grizotti):** Não aparece... Ele não vai ter como provar que eu usei três. Veja o que pode render a comissão paga por uma única cirurgia de face:

**Representante da Strehl:** Tu vai ganhar em torno de uns R\$ 18 mil, R\$ 20 mil.

**Fantástico (Grizotti):** Para um custo total de...?

**Representante da Strehl:** Aí depende de quanto o senhor pedir, quanto mais pedir, mais ganha. O pessoal pede. Tudo que dá para pedir, o pessoal pede.

**Fantástico (Grizotti):** Até exagera um pouquinho, né?

**Representante da Strehl:** Sempre, né? Sempre exagerado.

E o abuso vai além. Outra tática é até motivo de piada para os vendedores.

**Representante da Strehl:** A gente até riu quando eu soube disso aí. Que eles entortaram a placa, eles tentaram usar, mas aí eles não conseguiram.

**Fantástico (Grizotti):** E aí tiveram que colocar outra?

**Representante da Strehl:** Aí tiveram que colocar outra.

Ou seja, danificaram uma prótese de propósito para poder cobrar duas vezes. E o rendimento é dividido.

**Representante da Strehl:** É. Tira o custo do material. E o lucro a gente divide em dois.

**Fantástico (Grizotti):** Meio a meio?

**Representante da Strehl:** Meio a meio.

É tanta desfaçatez que surgiu uma nova especialidade em alguns hospitais: os fiscais de cirurgia. Médicos. como este, contratados por planos de saúde para vigiar as operações mais caras.

“Alguns determinados materiais não deixam registro, então, quando são implantados, não aparecem em filmes radiológicos e é necessário que seja acompanhado para ver efetivamente qual foi a quantidade de material utilizado”, conta um fiscal.

### **Médicos indicam cirurgias desnecessárias para lucrar mais**

Entre tanta coisa errada, um golpe se destaca como o mais escandaloso: indicar uma cirurgia sem necessidade, só para ganhar o dinheiro. É o que denuncia o médico Alberto Kaemmerer, que durante 14 anos foi diretor de um grande hospital de Porto Alegre.

“A cirurgia mal indicada, ela acresce um risco muitíssimo importante. Risco de morte”, alerta o cirurgião Alberto Kaemmerer.

O hospital precisou criar um grupo de médicos para revisar os pedidos de cirurgia. Pelo menos 35% eram rejeitados, porque a operação seria desnecessária.

**Fantástico (Grizotti):** O que que está por trás desse alto percentual de cirurgias desnecessárias na sua opinião?

**Alberto Kaemmerer:** Ganho financeiro.

**Fantástico (Grizotti):** De quem?

**Alberto Kaemmerer:** De médicos e também de alguns hospitais.

Uma experiência parecida foi realizada pelo Hospital Albert Einstein, em São Paulo, um dos principais da América Latina. Durante um ano, uma equipe médica revisou os pedidos de cirurgia de coluna encaminhados por um plano de saúde.

“Nós recebemos aproximadamente 1,1 mil pacientes no período de um ano. E desses, menos de 500 tiveram indicação cirúrgica. Então, muito possivelmente, estava havendo um exagero em relação a essas indicações”, diz Cláudio Lottenberg, presidente do Hospital Albert Einstein.

### **Indústria de liminares**

Dona Wilma, que tem 76 anos, pode ter sido vítima de uma indústria de liminares para realizar cirurgias às vezes desnecessárias. Ela mal consegue caminhar por causa de um problema na coluna. Também sofre de depressão.

“Eu não consigo me movimentar, pegar uma vassoura, varrer uma casa, aí vem a dor”, conta a aposentada Wilma Prates.

O esquema funciona assim: depois de esperar anos na fila do SUS, pacientes vão até os hospitais para realizar a consulta. Ali, em vez de dar o atendimento pelo sistema público, os médicos encaminham os pacientes a escritórios de advocacia. Com documentos falsos e orçamentos de cirurgia superfaturados, são montados pedidos de liminar para obrigar o governo a bancar os procedimentos. Foi o que aconteceu com Dona Wilma.

“O advogado me disse: ‘Pode deixar comigo que eu resolvo a situação’”, diz José Prates, marido de Wilma.

Mas um laudo indicou que a dona Wilma correria risco de vida se fizesse a cirurgia. Com base nisso, a liminar foi negada pela Justiça.

O Fantástico examinou em detalhes o processo judicial. O advogado apresentou à Justiça três orçamentos de médicos para que os desembargadores escolhessem o de menor valor, que é o do ortopedista Fernando Sanchis. Pedimos a um perito para examinar os papéis.

“Conclusão que ele é o grande suspeito de ter produzido as falsificações das assinaturas, de ter colocado o carimbo e de ter produzido o texto. Eu chego à conclusão que isto aqui é uma fraude”, define o perito Oto Henrique Rodrigues.

Agora repare o valor do material que seria utilizado na cirurgia era de R\$ 151 mil. O fornecedor é a empresa Intelimed, de Porto Alegre, que paga comissões de até 20% aos médicos que indicam seus produtos. Quem admite é um vendedor.

Vendedor da Intelimed: Depende das linhas, 15%, 20%. Nessa linha, nesse valor aí. Isso nos principais convênios. Mas teria que ver direitinho.

Veja um exemplo real de como essa fraude pode ser lucrativa. Seu João Francisco, de Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul, também foi usado no esquema. Ele é usuário do plano de saúde dos servidores do Governo Federal.

O advogado indicado pelo doutor Sanchis entrou com um pedido de liminar para que o plano bancasse uma cirurgia de coluna, orçada em R\$ 110 mil.

O plano de saúde do Seu João conseguiu suspender a liminar e fez a mesma operação, com outro médico, por pouco mais de R\$ 9 mil.

"Essas enrolações, quem é prejudicado é quem tá doente, entendeste? Tu está à mercê dele, você não entende nada", lamenta o serralheiro João Francisco Costa Da Silva.

Segundo os advogados do governo, os valores que aparecem nas liminares chegam a ser 20 vezes maiores do que os de mercado.

**Fantástico (Grizotti):** E quem paga essa conta?

**FabrciaBoscaini, procuradora:** Quem paga essa conta somos todos nós. Vai ser bloqueado o dinheiro do Estado e esse dinheiro vai sair para pagar um procedimento particular, que teria dentro do sistema.

É o caso de Dona Elisabete, que esperou um ano pela liminar e agora teve que voltar para a fila do SUS.

“Aí é muita cachorrada. Poxa vida, aí eles pegam as pessoas bem inocentes para fazer uma coisa dessas.”, lamenta a balconista Elisabete SteinmacherCufre.

Pelo menos 65 pedidos de liminar sob suspeita foram descobertos pelos procuradores do Rio Grande do Sul. Um desembargador que atua em alguns desses processos desabafa.

“Que o sistema penal do país está falido, porque no momento em que se encontram situações em que pessoas, seja que área for, profissionais, buscam o Poder Judiciário para realizar uma fraude e conseguir com isso auferir grandes lucros, significa que o sistema está desmoralizado e que estão, inclusive, brincando com o poder Judiciário. É lamentável”, diz o desembargador do TJ-RS, João Barcelos de Souza Júnior.

Procurado pelo Fantástico, o cirurgião Fernando Sanchis nega que receba comissão de fornecedores de próteses. Mas reconhece que pode ter assinado laudos em nome de outros médicos.

**Fantástico (Grizotti):** O senhor está admitindo com isso, uma falsificação.

**Fernando Sanchis:** Não.

**Fantástico (Grizotti):** Isso não é grave?

**Fernando Sanchis:** Não, de maneira nenhuma.

**Fantástico (Grizotti):** O senhor reconheceu que pode ter assinado em nome de outros médicos.

**Fernando Sanchis:** Mas com conhecimento dele, sempre. Ele trabalha junto com nós.

Por telefone, Henrique Cruz, médico que aparece nos orçamentos e trabalhava com Fernando Sanchis, nega ter autorizado a assinatura e diz que deixou a equipe dele após descobrir a fraude.

“Quando eu vi isso aí, eu caí fora. Eu descobri (que ele estava fazendo isso) porque me mandaram um papel falando assim, o paciente chegou com um papel com esses orçamentos. Aí eu falei, ‘eu não assinei orçamento’”, alega Henrique Cruz.

“Então, o que o consumidor deve fazer? Primeiro: se ele tem dúvida da recomendação desse procedimento, que ele procure um segundo ou um terceiro profissional da área da saúde. O consumidor tem um papel fundamental em não acomodar-se quando a recomendação que está vindo do profissional da saúde é suspeita de alguma coisa que não esteja correta ou que coloque sua vida em jogo”, orienta Alcebiades Santini, presidente do Fórum Latino-americano de Defesa do Consumidor.

### **Presentes e pagamento de comissões a médicos**

A oferta de presentes e o pagamento de comissões a médicos é uma prática comum, e não vem de hoje. Foi o que concluiu uma pesquisa do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, entre 2009 e 2010. Trinta e sete por cento dos entrevistados admitiram que receberam presentes com valor superior a R\$ 500 nos 12 meses anteriores à pesquisa. E o assédio começa cedo, logo na faculdade: 74% dos entrevistados disseram que receberam ou viram um colega receber benefícios da indústria durante os seis anos do curso de medicina.

“O Código de Ética Médica veda essa interação, com o intuito de vantagens, com a indústria e/ou a farmácia. Óbvio que as punições são previstas em lei. Estabelece desde uma censura e a até mesmo a cassação do exercício da profissão”, explica Carlos Vital, presidente do Conselho Federal de Medicina.

Mas não é a ética que preocupa os vendedores de próteses que pagam comissões a médicos.

“A gente sabe que esses órgãos não vão discutir nada disso, porque isso é uma discussão sem fim”, diz um vendedor.

O que eles temem é que essas negociatas deixem o sigilo dos consultórios e hospitais e se tornem públicas, em uma reportagem de televisão, por exemplo.

**Vendedor:** Ano que vem vai ser um ano, para esse mercado, importante.

**Fantástico (Grizotti):** Por quê?

**Vendedor:** Porque vai estourar tudo. Porque a gente já sabe que a questão da Receita Federal e a Polícia Federal em cima. Ontem a gente teve informação que provavelmente em meados de janeiro o Fantástico faça uma reportagem com duas especialidades mostrando como funciona esse mercado.

**Fantástico (Grizotti):** Vamos ali, que o meu colega está aguardando ali.

O repórter Giovanni Grizotti se apresenta.

**Fantástico (Grizotti):** Você disse que o Fantástico vai dar matéria sobre isso? Nós somos do Fantástico. O que você tem a dizer? Você paga propina para médico?

**Vendedor:** Não eu, não. Jamais.

E quando o vendedor é informado que vai aparecer na reportagem, decide correr, desesperadamente.

**Fantástico (Grizotti):** Você maquia pagamento de propina na forma de contrato de consultoria? Por que você está correndo? A gente só quer uma explicação sua, por gentileza.

### **O Fantástico procurou todas as empresas mostradas na reportagem**

A Life X não quis se manifestar.

Em nota, a Totalmedic disse que respeita as tabelas dos planos de saúde e que vai adotar as medidas cabíveis.

Já a IOL Implantes disse que não participa de licitações públicas e repudia insinuações de fraude. Segundo a empresa, a conversa entre o gerente e o repórter aconteceu em ambiente informal e não representa a opinião do fabricante.

Também em nota, a Orcimed afirmou que cobrar comissões se tornou normal no mercado. A Orcimed disse ainda que sofre boicote de médicos por não aceitar a prática do superfaturamento e que, por isso, deixou de fornecer material para diversas cirurgias.

Os diretores da empresa Strehl não foram encontrados.

A Oscar Skin informou que demitiu o vendedor que apareceu oferecendo comissão.

Também por nota, a Intelimed disse que o representante mostrado na reportagem é um funcionário terceirizado. Mas que vai tomar as medidas cabíveis.



## ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **1. Como a denúncia da Máfia das Próteses chegou à redação?**

Eu já estava acompanhando esse assunto há algum tempo. Inicialmente, um médico entrou em contato comigo querendo denunciar, mas depois desistiu. E aí, a própria redação do fantástico no Rio recebeu uma denúncia e me chamou para a gente se reunir com os denunciantes. Foi aí que comecei a investigar, inicialmente o caso estava centrado no Rio de Janeiro e São Paulo, e a partir do avanço da investigação a gente descobriu toda aquela situação no Rio Grande do Sul também envolvendo a indústria de liminares.

### **2. Tu utilizas diversas fontes testemunhais não identificadas. Como tu chegou a elas?**

Em relação às testemunhas foi investigação. Consegui localizar no RS uma ex vendedora de próteses, que relatou os esquemas de propina que existiam entre a empresa da qual ela era vendedora e os médicos, e por coincidência recebi um e-mail de uma outra pessoa de São Paulo, naquele mesmo período, relatando que ela trabalhava em uma clínica e presenciava pagamento de propina entre os médicos da clínica e as empresas distribuidoras de próteses. Isso foi a mais absoluta coincidência, e aí, no decorrer da produção da matéria ela aceitou dar um depoimento sem aparecer.

### **3. Além disso, qual o papel das investigações sobre o tema já em andamento na justiça na tua reportagem? Tuas escolhas de fontes, tanto vítimas e empresas, foi uma investigação particular ou partiu destes dados já existentes?**

Na verdade, foi uma investigação totalmente própria. Não havia nenhum parâmetro ou investigação realizada nesse tema, a gente se infiltrou em congressos de medicina nos quais em me fiz passar por médico, com crachás de médico, credencial, cartão de visita, telefone celular exclusivo para receber telefonemas das empresas, e foi aí que consegui aquelas declarações das empresas oferecendo comissões a médicos em troca da indicação das próteses.

### **4. Tu te envolvereste com os desdobramentos que teu trabalho trouxe, como a Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara de Deputados? Tu esperavas estes desdobramentos?**

Eu sabia que teria bastante repercussão, mas não imaginava tanta. Acho que nenhuma reportagem jornalística resultou em duas CPI no Congresso, uma na Câmara e outra no Senado, uma terceira na Assembleia Legislativa, uma outra na Câmara Distrital do Distrito Federal e no

dia seguinte da veiculação da reportagem houve uma entrevista coletiva na qual os ministros da justiça e da saúde anunciaram o que eles chamaram de ‘decreto de guerra’ a essa máfia, e seis meses depois eles anunciaram o resultado do trabalho de um grupo que foi criado na época, que passou a estabelecer várias regras na comercialização, controle e fiscalização de próteses. A reportagem em função disso acabou sendo um divisor de águas nesse segmento.

**5. Na tua matéria da Máfia das Próteses, tu utilizaste câmera oculta e identidade falsa para conquistar a informação. Por que usar esses artifícios? Não haviam outros meios?**

Não creio que seja uma identidade falsa, foi uma maneira que a gente encontrou para obter todas aquelas confissões. É o direito que eu tenho em levar isso ao público, e o direito que a sociedade tem em ser informada é muito maior que um eventual direito que uma pessoa tem em não ser gravada sem autorização, na verdade que um bandido tem em não ser gravado.

**6. O que tu pensas da utilização desses artifícios, levando em consideração a discussão ética da profissão?**

Respondida na 5

**7. Embora tu faças as entrevistas com a câmera oculta, em duas oportunidades, tu te apresentas posteriormente como repórter da rede Globo. Por que se expor, mesmo após ter conseguido o material?**

Me apresento como Repórter da Globo para exatamente pegar a contradição de um cara que, segundos antes, confessou um crime e depois diante da câmera nega ou sai correndo.

**8. A última cena da tua reportagem é tu correndo atrás de um dos entrevistados/acusados. Porque colocar esta cena?**

Respondida na 7

**9. Na tua opinião, por que os jornalistas se expõe a situações perigosas para conseguir a informação? (Interesse público? Empresarial? Ineficiência da justiça brasileira?)**

Não sei te responder, pois não me exponho a situações perigosas pois nós adotamos várias medidas de segurança antes, durante e depois da elaboração de uma reportagem como essa.

**10. O trabalho investigativo feito por ti, na tua opinião, cumpre a função social do jornalismo como interesse público e a serviço do mesmo?**

Na minha opinião cumpre, porque na verdade ele ganhou essa dimensão hoje no país porque as repartições públicas e órgãos públicos não cumprem seu papel. Então, as pessoas recorrem aos jornalistas para tentar corrigir uma injustiça ou solucionar seus problemas.